



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça**

# **RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2019 TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---



**Estado do Ceará  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, setembro de 2020



## SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
1.1	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	05
1.2	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	05
1.3	FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA	05
1.4	FÓRUNS DAS COMARCAS DO INTERIOR	05
1.5	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECCS)	05
1.6	FÓRUM DAS TURMAS RECURSAIS	05
1.7	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ (ESMEC)	05
2	MISSÃO	06
3	FINALIDADE	06
4	COMPETÊNCIAS	06
5	AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE PROJETOS	29
6	METAS NACIONAIS 2019	55
7	JUSTIÇA EM NÚMEROS	59
8	INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS	64



## **1. DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO,**

## **2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS**

### **1 DESCRIÇÃO GERAL**

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

#### **1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

#### **1.2 Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará**



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017), “a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça”. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

### 1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 120 varas, das quais todas são virtuais. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Delitos de Tráficos de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

### 1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

### 1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de “pequenas causas”.

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até quarenta salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem vinte unidades de Juizados Especiais Cíveis e quatro unidades de Juizados Especiais Criminais. Já no restante do Estado, outras dezoito unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

### 1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por três unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

### 1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.



## 2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2015-2020, aprovado em abril de 2015 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar Justiça*”.

## 3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

## 4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).

## 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

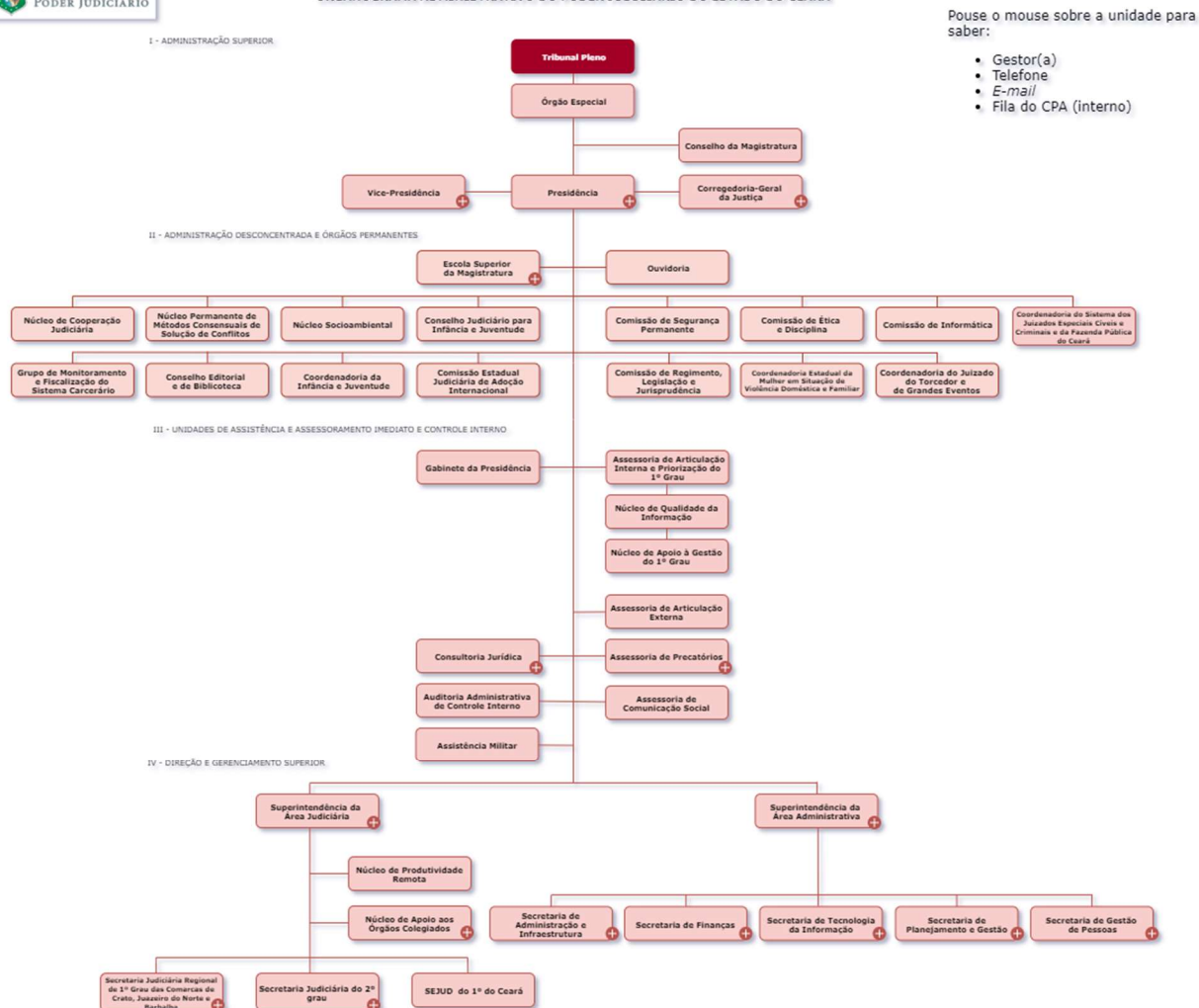
Leis Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, e nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça



ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ



Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão em *.html* disponível no seguinte link:

[https://www.tjce.jus.br/seplag/organogramas/organograma\\_poder\\_judiciario\\_ceara\\_2019.html](https://www.tjce.jus.br/seplag/organogramas/organograma_poder_judiciario_ceara_2019.html)

## 4. ESTRATÉGIA

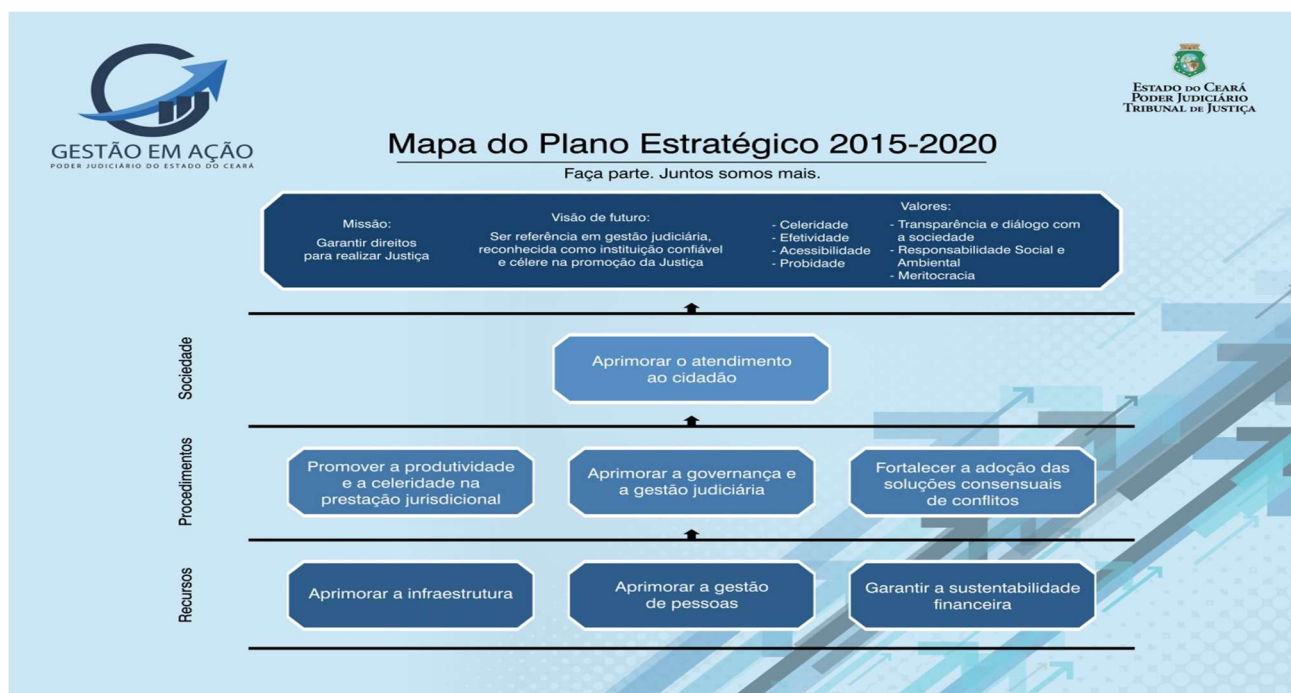
O Plano Estratégico do TJCE 2015-2020 foi aprovado pela Resolução nº 05, de 23 de abril de 2015, do Órgão Especial, e revisado pela Resolução nº 08, de 2018, do Órgão Especial. A construção do Plano foi conduzida pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) por meio do esforço de grupo representativo composto de magistrados e servidores do 1º e do 2º grau, do interior



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

e da capital, de setores administrativos e judiciários. Construção esta que também contou com a participação de órgãos do sistema judiciário, entidades da sociedade civil organizada e associações de classe de magistrados, servidores e oficiais de justiça.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2015-2020 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 7 (sete) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Procedimentos e Sociedade) e 3 (três) temas (Diálogo com a Sociedade, Desjudicialização de conflitos, Gestão eficiente e participativa). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2015-2020 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.



**I - Missão:** Garantir direitos para realizar justiça.

**II - Visão:** Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.

**III - Valores:**

- Celeridade;





## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

- Efetividade;
- Acessibilidade;
- Transparência;
- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Probidade; e
- Meritocracia.

### IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três temas:

#### a) Diálogo com a Sociedade:

1. Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.

#### b) Desjudicialização de conflitos:

2. 1. Fortalecer a adoção das soluções consensuais de conflitos.

#### c) Gestão eficiente e participativa:

1. Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional;
2. Aprimorar a Governança Judiciária;
3. Aprimorar a infraestrutura;
4. Aprimorar a Gestão de Pessoas;
5. Garantir a sustentabilidade financeira.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

### V - Ficha de Indicadores (Plano Estratégico 2015 – 2020)

Indicador 01: Índice de satisfação do jurisdicionado*						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de satisfação respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	36,9% (média dos resultados de 2015 e 2016)					
Descrição da Meta	Elevar para 50,0% o percentual de satisfação do jurisdicionado até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	50,0%	-
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

\* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 02: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país*						
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 5 tribunais estaduais com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	0					
Descrição da Meta	Posicionar-se, até 2020, entre os 5 tribunais estaduais com melhor desempenho no país em, no mínimo, 3 dos seguintes indicadores: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), índice de produtividade por servidor (IPS) e sentença/magistrado.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	3	3



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão
------------------	-------------------------------------

\* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 03: Índice de satisfação com o atendimento*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento ao cidadão.					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de satisfação com o atendimento respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	39,7% (média dos resultados de 2015 e 2016)					
Descrição da Meta	Elevar para 50,0% o percentual de satisfação com o atendimento até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	50,0%	-
Gestor das Metas	Superintendência da Área Judiciária					

(-) Não disponível.

\* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 04: Índice de cumprimento das Metas Nacionais*						
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Obs: As Metas Nacionais com caráter administrativo não serão consideradas no cálculo deste indicador.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Percentual médio de cumprimento das Metas Nacionais definidas pelo CNJ para o ano vigente.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	69,0% (2018)					
Descrição da Meta	Elevar para 80,0% o percentual de cumprimento das Metas Nacionais até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	75,0%	80,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 05: Índice de atendimento à demanda*						
--	--	--	--	--	--	--



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(número de processos baixados / número de casos novos) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	106,0% (2018)					
Descrição da Meta	Aumentar para 138,0% o percentual de atendimento à demanda até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	124,0%	138,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 06: Sentença por magistrado*						
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede a relação entre o volume de sentenças proferidas e o número de magistrados que atuaram no período.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Número de sentenças / número de magistrados					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	998 (2018)					
Descrição da Meta	Aumentar para 1.594 a média de sentenças por magistrado até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	1.431	1.594
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 07: Índice de produtividade do servidor*	
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.
Descrição do indicador	Mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de servidores que atuaram no período.
Frequência de medição	Mensal



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Como medir	Número de processos baixados / número de servidores					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	126 (2018)					
Descrição da Meta	Aumentar para 178 o índice de produtividade do servidor, até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	156	178
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 08: Taxa de congestionamento*						
Objetivo Estratégico	Promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	74,7% (2018)					
Descrição da Meta	Reduzir a taxa de congestionamento para 68,4% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	70,8%	68,4%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

(-) Não disponível.

\* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 09: Índice de governança e gestão do Judiciário*						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a governança e a gestão judiciária.					
Descrição do indicador	Mede o nível de atendimento aos padrões definidos em instrumento próprio de avaliação, construído com base nos Sistemas de Governança Corporativa e de Gestão Estratégica vigentes na instituição, e em modelos externos sobre Governança Pública.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	% de atendimento do instrumento de mensuração de governança e gestão utilizado.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	77,74% (média dos resultados de 2015 a 2018)					
Descrição da Meta	Elevar o nível de governança e gestão para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

	-	-	-	-	85,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

\* Indicador reestruturado em 2019.

Indicador 10: Índice de conciliação do Justiça em Números (Meta 3)*						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a adoção das soluções consensuais de conflitos.					
Descrição do indicador	Mede o índice dos acordos processuais e pré-processuais homologados em relação ao total de decisões e audiências de conciliação realizadas no 1º e 2º graus.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento da Meta Nacional 3.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					
Linha de base	12,64%					
Descrição da Meta	Aumentar, anualmente, em 2,0% o índice de conciliação em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Metas anuais	-	-	-	-	Índice de conciliação 2018 + 2%	Índice de conciliação 2019 + 2%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

(-) Não disponível.

\* Indicador válido a partir de 2019.

Indicador 11: Índice de execução do Plano Estratégico de Administração e Infraestrutura						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a infraestrutura.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de execução do plano da Secretaria de Administração e Infraestrutura (Seadi).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do plano setorial da Seadi.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Metas anuais	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

(-) Não disponível.

### Indicador 12: Índice de incremento em investimento



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Objetivo Estratégico:	Aprimorar a infraestrutura.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) e do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) aplicados em investimentos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento em investimento com relação ao ano anterior.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 8.716.361,41 (investimento 2016)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 5,0% o valor gasto com investimentos em relação ao valor realizado no ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	Investimento 2016 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2017 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2018 + variação da UFIRCE + 5%	Investimento 2019 + variação da UFIRCE + 5%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

Indicador 13: Índice de execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a infraestrutura.
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	% cumprimento das metas do Plano Estratégico de TIC 2015-2020 em relação às metas do ano vigente. Para o cálculo, serão utilizados todos os indicadores do Plano Estratégico de TIC 2015-2020, excluindo o resultado do próprio indicador de execução do Plano Estratégico de TIC. Inicialmente, serão utilizados pesos que podem variar de 1 a 3, conforme o objetivo estratégico relacionado ao indicador. Para obtenção do resultado final, será calculada a média ponderada considerando os pesos e o percentual de cumprimento de cada indicador. Caso o indicador não tenha informação no ano vigente, atribuir valor “zero”.
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação
Linha de base	91,37%
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

(-) Não disponível.

Indicador 14: Índice de aprimoramento de magistrados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM / nº total de magistrados) x 100					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	26,2% (2017)					
Descrição da Meta	Elevar o índice de aprimoramento de magistrados para 33,0% até 2020.					
Metas Anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	27,0%	30,0%	33,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

(-) Não disponível.

Indicador 15: Índice de execução do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas.					
Descrição do indicador	Mede o percentual de execução do Plano de Gestão de Pessoas, elaborado com base nas diretrizes da Resolução nº 240/2016 do CNJ.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do Plano de Gestão de Pessoas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100,0% de cumprimento das metas até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

(-) Não disponível.

Indicador 16: Índice de incremento da arrecadação	
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Descrição do indicador	Mede o incremento nas receitas oriundas do Fundo de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento nas receitas oriundas do Fermoju em relação ao ano anterior.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 108.027.779,93 (arrecadação 2015)					
Descrição da Meta	Aumentar anualmente em 4,0% o valor arrecadado em relação ao valor do ano anterior (corrigido pela UFIRCE).					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	R\$129.952.594,00	Arrecadação 2017 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2018 + variação da UFIRCE + 4,0%	Arrecadação 2019 + variação da UFIRCE + 4,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

(-) Não disponível.

Indicador 17: Índice de recurso próprio em custeio e investimento						
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.					
Descrição do indicador	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas para o exercício (exceto despesas pagas em folha), que são lastreadas por recurso próprio.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{orçamento (Lei + Crédito)} / \text{despesa prevista}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão					
Linha de base	Não disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de recurso próprio para 90,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	86,7%	88,5%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

Indicador 18: Índice de execução do orçamento planejado	
Objetivo Estratégico:	Garantir a sustentabilidade financeira.
Descrição do indicador	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas no Fermoju e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) para o exercício, que foram executadas.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	$(\text{orçamento executado} / \text{despesa prevista}) \times 100$
Responsável pelos	Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

dados						
Linha de base	74,8% (2017)					
Descrição da Meta	Elevar o percentual de execução do orçamento para 95,0% até 2020.					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	88,0%	91,5%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

(-) Não disponível.

### VI – Lista de Programas Estratégicos

Nº	Programa	Benefícios organizacionais
1	Aprimoramento do atendimento à sociedade	Aprimoramento e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade
		Melhoria da imagem do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Fortalecimento e capilarização da Ouvidoria
		Melhoria e ampliação do atendimento ao jurisdicionado
2	Aprimoramento da gestão de pessoas	Maior valorização e reconhecimento dos servidores
		Melhoria do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho
		Aperfeiçoamento da capacitação dos magistrados e dos servidores
		Aprimoramento da governança em gestão de pessoas
		Melhoria da distribuição e adequação da força de trabalho
3	Aperfeiçoamento da gestão financeira	Incremento da arrecadação
		Otimização da gestão de custos
4	Desenvolvimento da governança corporativa e da gestão judiciária	Aprimoramento do modelo de gestão
		Otimização da execução da estratégia
		Aprimoramento da gestão participativa
		Melhoria da gestão das informações gerenciais e estatísticas
		Aprimoramento da estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Aprimoramento da gestão de processos de trabalho
		Melhoria da comunicação interna
		Estabelecimento de sistemática para a gestão documental



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

5	Melhoria da estrutura física e de TIC	Desenvolvimento da Governança de TIC
		Melhoria na oferta de serviços de gestão patrimonial e de material para as comarcas do interior
		Ampliação e aprimoramento da infraestrutura de TIC
		Ampliação da acessibilidade física e digital
		Melhoria da infraestrutura física
		Aprimoramento da segurança institucional (física, logística e da informação)
6	Excelência no desempenho da prestação jurisdicional	Aprimoramento da Justiça criminal
		Adequação e ampliação dos Juizados Especiais
		Aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
		Reestruturação e aprimoramento das execuções fiscais e cíveis
7	Celeridade na prestação jurisdicional	Fortalecimento da gestão consensual de conflitos
		Efetividade na realização das audiências
		Incremento do número de audiências por videoconferência
		Redução das taxas de congestionamento
		Reconhecimento das unidades judiciárias com desempenho satisfatório
		Incremento de produtividade
		Aprimoramento dos serviços
		Padronização e transformação de processos de trabalho judiciais
Ampliação do número de secretarias únicas		
Ampliação do número de unidades judiciárias com processo eletrônico		

## 5. PROJETOS ESTRATÉGICOS

### 5 AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE PROJETOS



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o qual foi criado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011. Institucionalmente, há duas figuras que se envolvem diretamente com o gerenciamento de projetos: o gerente de projetos e o patrocinador.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os Patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

O gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na Organização.

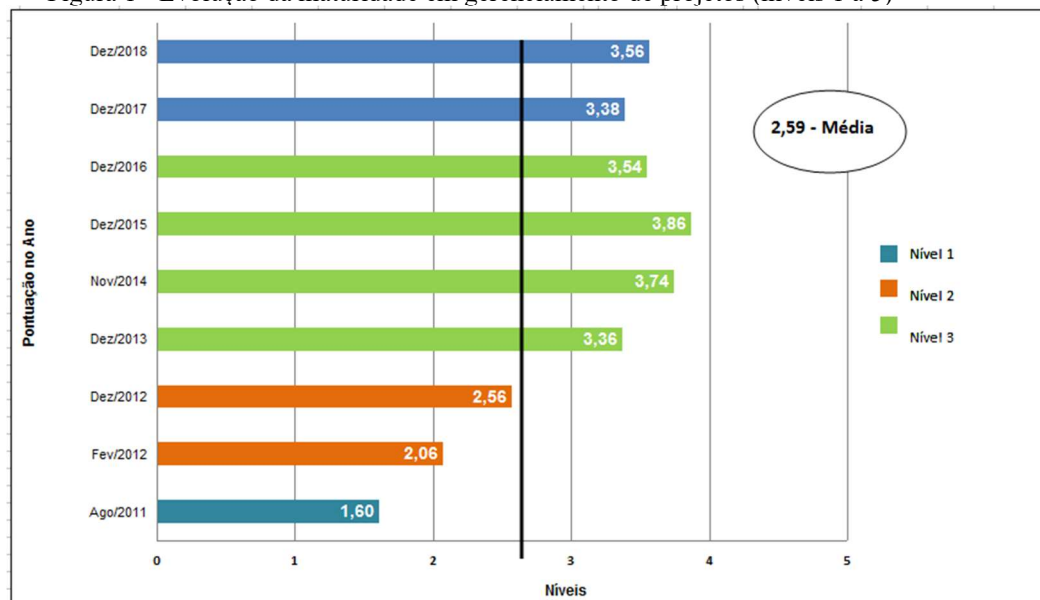
Desde agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, é realizada avaliação anual (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, que classifica em cinco os níveis de maturidade) para identificar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PJCE). Considerando essas avaliações, foram empreendidas diversas ações, no período de 2011 a 2018, com o intuito de aumentar o nível de maturidade em gerenciamento de projetos da instituição.

O resultado geral da avaliação de maturidade em gestão de projetos no PJCE no ano de 2018 foi 3,56 (Figura 2), estando, mais uma vez, acima da média Nacional e enquadrada no nível 3 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário onde um modelo padrão de gestão de projetos já foi implementado e está em uso.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

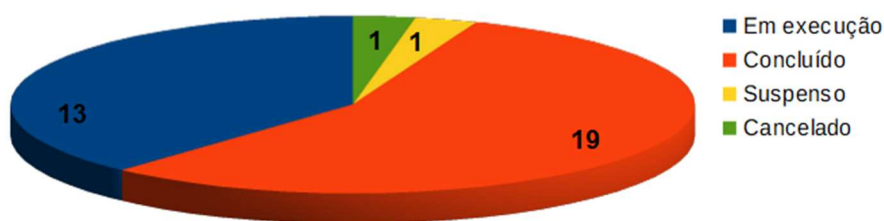
Figura 1 - Evolução da maturidade em gerenciamento de projetos (níveis 1 a 5)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Os gráficos e as tabelas a seguir mostram o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da gestão 2017-2019 e relacionados ao Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Figura 2 - Projetos Estratégicos – Status



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Quadro 1 - Projetos Estratégicos da Gestão 2019-2021 concluídos até dezembro de 2019

Unidade responsável	Projeto	Data de conclusão
SUPJUD	Implantação de programa de estágio de pós-graduandos	17/06/2019
SUPJUD	Contratação de juízes leigos para os juizados especiais	08/07/2019

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Quadro 2 - Projetos Estratégicos da Gestão 2019-2021 em execução (status em dezembro de 2019)

Unidade responsável	Projeto	Previsão de término
CGJ	Implantação do sistema de correição e inspeção extrajudiciais	05/06/2020
CGJ	Padronização das rotinas relacionadas às custas judiciais	17/06/2020
COMINF	Aprimoramento da rede de dados	07/02/2020
COMINF	Expansão SAJ-Eletrônico	28/02/2020
COMSEG	Ampliação e aprimoramento da segurança institucional	27/12/2019
FCB	FCB10	30/06/2021
SEADI	Construção do novo fórum de Senador Pompeu	11/09/2020
SEADI	Reforma e ampliação de segurança do fórum de Caucaia	01/05/2020
SEADI	Construção do novo fórum de Várzea Alegre	29/07/2020
SEADI	Instalação de sistema fotovoltaico conectado às redes dos fóruns de Itapajé e Russas	10/02/2020



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

SEADI	Reforma do fórum do Crato	23/11/2020
SEADI	Construção do novo fórum de Uruburetama	10/09/2020
SEADI	Construção do novo fórum de Santa Quitéria	05/03/2021
SEADI	Construção do novo fórum de Quixeramobim	12/01/2022
SEPLAG	+Gestão	14/12/2020
SEPLAG	Implantação de ferramentas gerenciais para monitoramento da produtividade judiciária no Sistema de Estatística e Informação (SEI)	04/09/2020
SEPLAG	Implantação do sistema integrado de gestão estratégica	16/07/2020
SETIN	Desativação do Sistema Processual (SPROC)	08/04/2020
SETIN	Digitalização do acervo processual físico das comarcas do interior do Estado	31/08/2020
SETIN	Migração de telefonia	10/09/2020
SGP	Desenvolvimento e implantação de sistema de gestão e avaliação de desempenho por competências	27/02/2020
SGP	Implantação de solução integrada e informatizada de folha de pagamento e de gestão de pessoas	12/01/2021
SUPIUD	Padronização e integração do mandado de prisão	27/02/2020
SUPIUD	Aprimoramento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) da entrância final	28/07/2020
SUPIUD	Instalação da Secretaria Judiciária do 1º Grau	15/09/2020



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Quadro 3 - Projetos Estratégicos da Gestão 2019-2021 não iniciados ou suspensos (status em dezembro de 2019)

Unidade responsável	Projeto	Status
SUPIUD	Criação de banco de sentenças	Não iniciado
CGJ	Implantação do Eficiência.jus	Suspensão até janeiro de 2021

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

## 6. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA

Tabela 2 - Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa

CÓD.	EIXO	CÓD.	ÁREA TEMÁTICA	CÓD.	PROGRAMA	CÓD.	META	QTD. PROGRAMADA 2018	QTD. REALIZADA 2018
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	1	MELHORIA DA ESTRUTURA PARA A OFERTA DOS SERVIÇOS JUDICIAIS	19	252
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	02	AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	10	12
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	036	EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	03	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA PARA OFERTA DOS SERVIÇOS JUDICIAIS	470	469
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	01	MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO CRIMINAL	2	0
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	39	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	02	ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ENVIO DOS PROCEDIMENTOS POLICIAIS AO PODER JUDICIÁRIO	5	6
07	CEARÁ	7.02	JUSTIÇA E	039	INTEGRAÇÃO DO	03	ESTRUTURAÇÃO	2	6





## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

	PACÍFICO		CIDADANIA		SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)		E QUALIFICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ENVIO DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRISIONAIS AO PODER JUDICIÁRIO		
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	039	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	04	EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À ÁREA CRIMINAL	38	28
07	CEARÁ PACÍFICO	7.02	JUSTIÇA E CIDADANIA	39	INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	05	MELHORIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	1	0

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

## 7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 4 unidade orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FER-MOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2019:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Tabela I – Execução Orçamentária 2019 – Tribunal de Justiça

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>1.173.720.076,49</b>	<b>1.263.853.841,89</b>	<b>1.251.794.865,19</b>	<b>1.247.603.660,73</b>	<b>99,05</b>	<b>98,71</b>
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.083.291.025,00	1.131.505.273,40	1.126.861.501,12	1.126.790.101,87	99,59	99,58
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.552.560,00	119.466.078,00	112.059.095,42	111.244.130,58	93,80	93,12
44 INVESTIMENTOS	5.876.491,49	12.882.490,49	12.874.268,65	9.569.428,28	99,94	74,28
<b>Total Geral</b>	<b>1.173.720.076,49</b>	<b>1.263.853.841,89</b>	<b>1.251.794.865,19</b>	<b>1.247.603.660,73</b>	<b>99,05</b>	<b>98,71</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2019, representou 89,16% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:

Tabela II – Execução Orçamentária 2019 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>1.083.291.025,00</b>	<b>1.131.505.273,40</b>	<b>1.126.861.501,12</b>	<b>1.126.790.101,87</b>	<b>99,59</b>	<b>99,58</b>
319003 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	3.923.207,00	4.523.207,00	4.470.569,84	4.470.569,84	98,84	98,84
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	864.331.736,00	895.912.988,82	895.855.947,73	895.855.947,73	99,99	99,99
319012 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	4.713.525,00	5.913.525,00	5.720.579,82	5.720.579,82	96,74	96,74
319013 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.372.200,00	9.738.738,51	9.508.153,18	9.508.153,18	97,63	97,63
319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.294.242,00	9.693.764,19	9.663.054,04	9.663.054,04	99,68	99,68
319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.813.549,00	6.013.549,00	5.175.619,56	5.175.619,56	86,07	86,07
319096 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.196.836,00	449.522,48	449.522,48	449.522,48	100,00	100,00
319113 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	183.041.853,00	195.961.751,40	194.361.724,28	194.361.724,28	99,18	99,18
319192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	634.888,00	909.238,00	416.743,66	416.743,66	45,83	45,83
319196 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.963.989,00	2.383.989,00	1.239.586,53	1.168.187,28	52,00	49,00
<b>Total Geral</b>	<b>1.083.291.025,00</b>	<b>1.131.505.273,40</b>	<b>1.126.861.501,12</b>	<b>1.126.790.101,87</b>	<b>99,59</b>	<b>99,58</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela III – Execução Orçamentária 2019 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça



ESTADO DO CEARÁ  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2019  
LEI Nº 16.795, de 27/12/2018  
Consolidado por Órgão e Despesa

Acumulado até: DEZEMBRO  
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>84.552.560,00</b>	<b>119.466.078,00</b>	<b>112.059.095,42</b>	<b>111.244.130,58</b>	<b>93,80</b>	<b>93,12</b>
339008 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	238.500,00	384.700,00	157.894,66	157.894,66	41,04	41,04
339014 DIÁRIAS - CIVIL	2.347.332,00	3.691.907,45	3.226.704,88	3.226.704,88	87,40	87,40
339015 DIÁRIAS - MILITAR	63.166,00	105.966,00	94.725,00	94.725,00	89,39	89,39
339030 MATERIAL DE CONSUMO	10.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.030.000,00	16.312.473,21	15.285.367,27	15.285.367,27	93,70	93,70
339037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.314.832,00	18.730.167,00	13.866.299,04	13.221.880,11	74,03	70,59
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.490,00	6.895.416,00	6.882.112,56	6.712.766,65	99,81	97,35
339040 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	5.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339046 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	48.217.934,00	59.946.283,18	59.489.639,16	59.489.639,16	99,24	99,24
339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00	48.142,18	46.257,18	46.257,18	96,08	96,08
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.288.366,00	2.010.068,89	1.815.770,66	1.814.570,66	90,33	90,27
339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.020.941,00	11.340.954,09	11.194.325,01	11.194.325,01	98,71	98,71
<b>Total Geral</b>	<b>84.552.560,00</b>	<b>119.466.078,00</b>	<b>112.059.095,42</b>	<b>111.244.130,58</b>	<b>93,80</b>	<b>93,12</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela IV – Execução Orçamentária 2019 – Tribunal de Justiça – Investimentos

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>5.876.491,49</b>	<b>12.882.490,49</b>	<b>12.874.268,65</b>	<b>9.569.428,28</b>	<b>99,94</b>	<b>74,28</b>
449039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.130,49	8.130,49	0,00	0,00	0,00	0,00
449040 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	3.023.508,80	3.023.508,80	2.667.775,48	100,00	88,23
449051 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.868.361,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	9.850.851,20	9.850.759,85	6.901.652,80	100,00	70,06
<b>Total Geral</b>	<b>5.876.491,49</b>	<b>12.882.490,49</b>	<b>12.874.268,65</b>	<b>9.569.428,28</b>	<b>99,94</b>	<b>74,28</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 5,26% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Importante destacar que o orçamento do Tribunal de Justiça é fracionado por secretarias (unidades orçamentárias) que possuem relativa autonomia sobre a gestão do orçamento a elas dedicado, podendo, em reuniões periódicas, apresentar demandas extraordinárias ao orçamento liberado. Havendo possibilidade de atendimento, por negociações junto ao Tesouro estadual, poderão ser atendidas.

Tabela V – Execução Orçamentária 2019 – Tribunal de Justiça – Por secretaria

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	Acumulado até: DEZEMBRO	
					PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
<b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>	<b>1.173.720.076,49</b>	<b>1.263.853.841,89</b>	<b>1.251.794.865,19</b>	<b>1.247.603.660,73</b>	<b>99,05</b>	<b>98,71</b>
04100011 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (040001)	1.167.560.716,49	1.245.204.481,89	1.233.238.431,39	1.232.521.413,21	99,04	98,98
04100021 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (040001)	5.999,00	12.874.360,00	12.874.268,65	9.569.428,28	100,00	74,33
04100051 SECRETARIA DE FINANÇAS (040001)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04100091 PRESIDÊNCIA (040001)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04100111 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA (040001)	5.958.361,00	5.590.000,00	5.575.507,73	5.406.161,82	99,74	96,71
04100121 CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA (040001)	180.000,00	180.000,00	106.657,42	106.657,42	59,25	59,25
<b>Total Geral</b>	<b>1.173.720.076,49</b>	<b>1.263.853.841,89</b>	<b>1.251.794.865,19</b>	<b>1.247.603.660,73</b>	<b>99,05</b>	<b>98,71</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

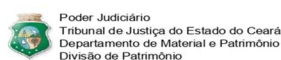


## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Informamos, ademais, que as informações orçamentárias, financeiras e contábeis no Estado do Ceará são produzidas e geridas pela Secretaria de Fazenda do estado, não tendo o Tribunal de Justiça interferência sobre os demonstrativos ora disponibilizados.

### 8. RECURSOS PATRIMONIAIS

Tabela 6 – Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará – 2019



Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Conta	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav. (R\$)	Saldo atual(R\$)
000000000	CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO	9.883.093,13	0,00	1.005,00	0,00	0,00	9.882.088,13
4490520001	VEICULOS E EQUIP PARA VEICULOS	2.023.787,83	6.760,00	0,00	0,00	0,00	2.030.547,83
4490520001	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00
4490520002	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.824.726,74	124.251,00	0,00	0,00	0,00	1.948.977,74
4490520002	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	58.638,06	3.725,00	0,00	0,00	0,00	62.363,06
4490520003	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	14.468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.468,00
4490520003	MÁQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIP.DIVERSOS	1.167.531,92	1.260.166,05	0,00	0,00	0,00	2.427.697,97
4490520003	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	0,00	1.629,79	0,00	0,00	0,00	1.629,79
4490520004	MAQUINAS MOTORES E AP DIVERSOS	5.608.726,25	112.414,29	0,00	0,00	0,00	5.721.140,54
4490520007	APARELHOS E UTENSÍLIOS TIPO DOMESTICO	317.307,51	27.929,21	0,00	0,00	0,00	345.236,72
4490520010	BANDEIRAS E FLAMULAS	25.671,00	3.006,90	3.006,90	0,00	0,00	25.671,00
4490520011	LIVROS E PUBLIC TECNICAS	728.857,81	0,00	0,00	0,00	0,00	728.857,81
4490520012	EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO	126.614,01	334,00	0,00	0,00	0,00	126.948,01
4490520013	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	617.526,49	17.523,00	0,00	0,00	0,00	635.049,49
4490520015	APAREL DE USO ODON HOSP E LABORATORIAIS	117.252,35	24.490,00	0,00	0,00	0,00	141.742,35
4490520016	DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO	59.378,03	9.053,26	0,00	0,00	0,00	68.431,29
4490520017	EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO	1.388.382,57	11.850,87	0,00	0,00	0,00	1.400.233,44
4490520020	MOBILIARIO EM GERAL	39.658.895,23	3.056.147,30	0,00	141,50	0,00	42.715.184,03
4490520028	OBRAS DE ARTE E PEÇAS P/MUSEU	2.879,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879,00
4490520080	EQUIPAMENTOS P/TECNOLOGIA DA INFORMACAO	53.106.053,33	20.132.059,33	15.238,04	0,00	0,00	73.222.874,62
4490520099	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	367.845,02	0,00	0,00	0,00	0,00	367.845,02
	<b>Total:</b>	<b>117.098.494,28</b>	<b>24.791.340,00</b>	<b>19.249,94</b>	<b>141,50</b>	<b>0,00</b>	<b>141.870.725,84</b>

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura

### 9. INFRAESTRUTURA

Quadro 3 - Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará

	COMARCAS	TIPO	NOME DO IMÓVEL	ENDEREÇO
1	ABAIARA	FÓRUM	FÓRUM DR. LUIZ DE BORBA MARANHÃO	RUA JOÃO FELINTO DE SOUSA, S/N
2	ACARAPE	FÓRUM	FÓRUM DRA. FRANCISCA ODALEIA CARNEIRO FONTENELE	RUA CHICO VIEIRA, S/N
3	ACARAÚ	FÓRUM	FÓRUM MONSENHOR SABINO LIMA FEIJÃO	RUA FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA, S/N, MONSENHOR SABINO



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

4		PRÉDIO	PRÉDIO	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEIRA
5		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SANTO ANTONIO, 1495 – CENTRO
6	ACOPIARA	FÓRUM	FÓRUM PROFESSOR FRANCISCO UCHOA DE ALBUQUERQUE	RUA CÍCERO MANDU, S/N
7		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TIBÚRCIO SOARES, 420 – CASA 01 – CENTRO
8		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TIBÚRCIO SOARES, 437 – CASA 02 – CENTRO
9	AIUABA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDO	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA, S/N
10		CASA	ANTIGO FÓRUM	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA, 50
11		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA, Nº 06, CENTRO
12	ALCÂNTARA	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ GERARDO FROTA PARENTE	RUA FRANCISCO CUNHA, S/N, SÃO JOSÉ
13	ALTANEIRA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ EDUARDO MACHADO DE ALMEIDA,	RUA PADRE LUIS ANTÔNIO, S/N
14	ALTO SANTO	FÓRUM	FÓRUM GOVERNADOR CÉSAR CALS	RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 32
15		TERRENO	TERRENO VIZINHO DA CASA DO PROMOTOR	RUA JÃO QUINCÓ, S/N
16		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOÃO QUINCÓ, 272 – CENTRO
17	AMONTADA	FÓRUM	FÓRUM DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA, 1310
18		TERRENO	TERRENO	RUA MARIA MELO, S/N
19		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARTINS TEIXEIRA, S/N
20	ANTONINA DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM VALDEMAR LINARD DE LIMA	RODOVIA CE 373, S/N
21	APUIARES	FÓRUM	FÓRUM DES. MÁRIO PEIXOTO DE ALENCAR	AVENIDA GOMES DA SILVA, S/N
22	AQUIRAZ	FÓRUM	FÓRUM	AVENIDA AUGUSTO SÁ
23		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM - JUIZADO ESPECIAL	RUA VIRGÍLIO COELHO, 112
24		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA KANGATI, 10
25		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ENÉIAS DE ALMEIDA
26		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA GAROUPA
27	ARACATI	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO JESUS COSTA LIMA	TRAVESSA FELISMINO SILVA, 1079
28		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA CORONEL ALEXANZITO, 789
29		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CASTELO, 1310
30		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CASTELO, 1312
31		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CORONEL ALEXANDRINO, 1124
32	ARACOIABA	FÓRUM	FÓRUM DES. VICENTE BESSA	AVENIDA TIRADENTES, 1449
33		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. LUIZ RIBEIRO, 50 – PLANALTO ARACOIABA
34		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA, S/N
35	ARARENDÁ	FÓRUM	FÓRUM MONSENHOR FRANCISCO SOARES LEITÃO	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM, S/N



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

36	ARARIPE	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FRANCISCO HUGO ALENCAR FURTADO	AV. ANTÔNIO VALENTIN DE OLIVEIRA, S/N
37		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. VICENTE ALENCAR, S/Nº – CENTRO
38	ARATUBA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA JÚLIO PEREIRA, 30
39		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JÚLIO PEREIRA, Nº 30, FORQUILHA
40	ARNEIROZ	FÓRUM	FÓRUM DOUTOR FRANCISCO SUENON BASTOS MOTA	TRAVESSA CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
41	ASSARÉ	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR EDMILSON CRUZ	CEL. FRANCISCO GOMES, S/N, PEDRA DE FOGO
42		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA PADRE EMÍLIO CABRAL, 320-A
43		FÓRUM	FÓRUM DA COMARCA DE ASSARÉ	RUA S.D.O DE ACESSO A RUA CORONEL PEDRO ONOFRE, S/N
44		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Nº 03 - CENTRO
45	AURORA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JAIME ALENCAR ARARIPE	RUA CORONEL JOSÉ LEITE, S/N
46		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA, Nº 07
47	BAIXIO	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADORA AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N
48		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ, S/Nº – CENTRO
49	BANABUÍ	FÓRUM	FÓRUM ESCRITORA RACHEL DE QUEIROZ	AVENIDA QUEIROZ PESSOA, S/N
50	BARBALHA	FÓRUM	FÓRUM DR. ROTSENAIDIL DUARTE FERNANDES TÁVORA	RUA ZUCA SAMPAIO, S/N
51		PRÉDIO	PRÉDIO	RUA PRINCESA ISABEL, 118-A
52		TERRENO	TERRENO	RUA PRINCESA ISABEL, S/N
53		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA ILDUARA, 693
54		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA ILDUARA, 707
55	BARREIRA	FÓRUM	FÓRUM DR. LUCAS ALVES DE MELO	RUA PAULO JACÓ, 190
56	BARRO	FÓRUM	FÓRUM DOUTOR NORMANDO ALVES FEITOSA	AVENIDA FRANCISCO AUDELEY CARDOSO, S/N
57		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CRISANTINA M. DINIZ C/ AV. JANUÁRIO FEITOSA
58	BARROQUINHA	FÓRUM	FÓRUM DES. EVANDRO NOGUEIRA LIMA	AVENIDA MARIA DIAMANTINAS VERAS, S/N
59	BATURITE	FÓRUM	FÓRUM GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO, S/N
60		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL CÍVIL E CRIMINAL DESEMBARGADOR JOÃO DE DEUS BRINGEL	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 949
61		PRÉDIO	PRÉDIO	TRAVESSA 14 DE ABRIL
62		PRÉDIO	ANEXO FÓRUM	RUA PADRE ANTONIO PINTO, S/N
63		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA
64		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (1)
65		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (2)
66		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. OUVIDOR-MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (3)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

67	BEBERIBE	FÓRUM	FÓRUM DES. BOANERGES DE QUEIRÓZ FACÓ	RUA JOAQUIM FACÓ, 244
68		TERRENO	TERRENO	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA
69		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOAQUIM FACÓ, 208 – NOVO PLANALTO
70	BELA CRUZ	FÓRUM	FÓRUM DES. EDIMILSON DA CRUZ NEVES	RUA SANTA CRUZ, S/N
71		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES, S/Nº
72		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOSÉ XEREZ DE SOUSA S/N
73	BOA VIAGEM	FÓRUM	NOVO FÓRUM DE BOA VIAGEM – DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA RAIMUNDO PEREIRA BATISTA, S/N
74		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO, S/N
75		TERRENO	TERRENO	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA, S/N
76		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. 21 DE NOVEMBRO, 566 – TIBIQUARI
77	BREJO SANTO	FÓRUM	FÓRUM GOVERNADOR PLÁCIDO ADERALDO CASTELO	RUA ANTÔNIO FIORENTINO DE ARAÚJO, S/N
78		PRÉDIO	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DE LICITAÇÃO DE BREJO SANTO	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO, 274
79		TERRENO	TERRENO DESTINADO A CONSTRUÇÃO DO IML	AVENIDA JOÃO INÁCIO DE LUCENA, S/N
80		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, S/N
81		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, Nº 303
82	CAMOCIM	FÓRUM	FÓRUM DR. ALCINO AGUIAR ROCHA	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, S/N
83		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DA INDEPENDÊNCIA Nº 561 A – CENTRO
84		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DA INDEPENDÊNCIA, Nº 561 B – CENTRO
85	CAMPOS SALES	FÓRUM	FÓRUM DES. PEDRO PINHEIRO DE MELO/ CARTÓRIO ELEITORAL	RUA MANOEL MORAIS, 84
86		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ENÉAS ARRAES, Nº 394 - CENTRO
87	CANINDÉ	FÓRUM	FÓRUM DR. GERÔNICO BRÍGIDO NETO	RUA GERÔNICO BRÍGIDO, S/N
88		PRÉDIO		RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS
89		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. GERÔNICO BRÍGIDO NETO
90		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. CELIO MARTINS Nº 714, IMACULADA CONCEIÇÃO
91		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO, 268
92	CAPISTRANO	FÓRUM	FÓRUM DES. AURINO AUGUSTO DE ARAUJO LIMA	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N
93		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	R. CEL. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE
94		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA S/N – CENTRO
95	CARIDADE	FÓRUM	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA CORONEL FRANCISCO LINHARES, 361





## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

96		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R.CEL. FRANCISCO LINHARES S/N
97	CARIRÉ	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO PASTEUR DOS SANTOS	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N
98		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N – CENTRO
99	CARIRIAÇU	FÓRUM	FÓRUM DES. VALDETÁRIO PINHEIRO MOTA	RUA LUIZ BEZERRA, S/N
100		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA LUIZ BEZERRA, S/Nº - PARAÍSO
101	CARIUS	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ MARIA DE VASCONCELOS MARTINS	RUA VEREADOR BENEDITO DE OLIVEIRA, S/N
102		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	PRAÇA DA REPÚBLICA, S/Nº - CENTRO
103	CARNAUBAL	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO DE ASSIS NOGUEIRA	RUA JOSÉ BARROSO, 143
104		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA 22 DE JULHO, S/N – CENTRO
105	CASCAVEL	FÓRUM	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	RUA PROFº JOSÉ ANTONIO DE QUEIROZ, S/N
106		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOÃO MOREIRA DE PAULA, 2240, COHAB
107		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, 508
108	CATARINA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ ARI CISNE	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N
109		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES, S/Nº
110	CATUNDA	FÓRUM	FÓRUM SENADOR JOAQUIM CATUNDA	RUA ANTÔNIO TIMBÓ, S/N
111	CAUCAIA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOAQUIM OLÍMPIO DA SILVEIRA CARVALHO	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 251
112		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 503
113		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. JOÃO LICÍNIO, 517 – CENTRO
114		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 483
115		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 521
116		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL	RUA 15 DE NOVEMBRO, S/N
117		PRÉDIO	PRÉDIO	RUA JOACI SAMPAIO PONTES, 2091
118	CEDRO	FÓRUM	FÓRUM FRANCISCO GILSON VIANA MARTINS	RUA CORONEL JOÃO CÂNDIDO, 578
119		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA AZARAIS ALVES DINIZ, Nº 129 – CENTRO
120	CHAVAL	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ ARI CISNE	RUA MAJOR FIEL, 299
121		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ZEFERINO COSTA S/N.
122		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	PRAÇA MONSIEUR CARNEIRO, 83, CENTRO
123	CHORÓ LIMÃO	FÓRUM	FÓRUM DR. ROBERTO DO QUEIROZ	RUA UNIVERSITÁRIA, S/N
124	CHOROZINHO	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ LINDIVAL DE FREITAS	AVENIDA DOUTOR LUIZ COSTA, S/N
125		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. DR. LUIZ COSTA S/N, BAIRRO LEIRÕES
126	COREAÚ	FÓRUM	FÓRUM DR. ADEMAR MENDES BEZERRA	RODOVIA CE 071
127		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONJUNTO COHAB – S/N,



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

128		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. ANTÔNIO TELES, S/N
129	CRATÉUS	FÓRUM	CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DA COMARCA DE CRATEUS DES. LUIZ GERARDO DE PONTES BRÍGIDO	AVENIDA EDILBERTO FROTA, S/N
130		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	GALERIA GENTIL CARDOSO, S/N
131		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA GENTIL BARREIRA, Nº 716
132		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. EDILBERTO FROTA, 1819 – FÁTIMA II
133		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. DR. MOREIRA DA ROCHA, 1821
134	CRATO	FÓRUM	FÓRUM DES. HERMES PARAHYBA	RUA ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR, S/N
135		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 01
136		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02
137		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03
138		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04
139		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05
140	CROATÁ	FÓRUM	FÓRUM DR. HIPÓLITO MORAES ROCHA	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU, S/N
141		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. VEREADOR RAIMUNDO RIBEIRO DE ABREU S/N
142	CRUZ	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ ARI CISNE	AVENIDA ANTÔNIO MUNIZ NETO, 01
143		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA 07 DE SETEMBRO S/N
144	DEP IRAPUAN PINHEIRO	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO BARROSO GOMES	RUA CÂNDIDO BORGES , S/N
145	ERERÊ	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR BOANERGES VIANA DO AMARAL	RUA JOSÉ PESSOA DE QUEIROZ, S/N
146	EUSEBIO	FÓRUM	FÓRUM DES. CARLOS FACUNDO	AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, S/N
147		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ISAIAS FAÇANHA, S/Nº - TIMBU
148	FARIAS BRITO	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA , 386
149		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, Nº 404
150	FORQUILHA	FÓRUM	FÓRUM DR. LUÍS MARTINS VIANA	AVENIDA CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/N, CENTRO
151		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/Nº - CENTRO
152	FORTALEZA	PRÉDIO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
153		FÓRUM	FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES, 220
154		PRÉDIO	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA DO PODER JUDICIÁRIO DESEMBARGADOR HUGO PEREIRA	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N
155		PRÉDIO	CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

156		PRÉDIO	TRIBUNAL DO POVO – TURMAS RECURSAIS	AVENIDA SANTOS DUMONT, 1400, ALDEOTA
157		PRÉDIO	CRECHE/ESCOLA	RUA ROBERTO SILVA, 70, ÁGUA FRIA
158		PRÉDIO	ESCOLA DA MAGISTRATURA	RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE, 70, ÁGUA FRIA
159		PRÉDIO	5ª VARA DA INFÂNCIA	RUA TABELIÃO FABIÃO, 114
160		PRÉDIO	DEPÓSITO PÚBLICO	RUA JORGE DUMAR, 1517, BENFICA
161		PRÉDIO	VAZIO	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 3288, BENFICA
162		PRÉDIO	VAZIO	RUA DR. ALMEIDA FILHO, 800, MONTE CASTELO
163		PRÉDIO	JUIZADO DA MULHER	AV. DA UNIVERSIDADE, 3281, BENFICA
164		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 1º UND	RUA DR. JOÃO GUILHERME, 25 - ANTONIO BEZERRA
165		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 2º UND	AVENIDA GODOFREDO MACIEL, 3100, MARAPONGA
166		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 3º UND	RUA HERMINA BONAVIDES, S/N, PRAIA DO FUTURO
167		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 4º UND	BARÃO DO RIO BRANCO, 2922
168		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 5º UND	RUA SETECENTOS E VINTE E NOVE, 443, CONJUNTO CEARÁ
169		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 6º UND	RUA SANTA EFIGÊNIA, 360, MESSEJANA
170		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 7º UND	RUA DES. JOÃO FIRMINO, 3288, MONTESE
171		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 10º UND	RUA MÁRIO MAMEDE, 1200, BAIRRO DE FÁTIMA
172		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 11º UND	RUA DO LAGO, 636, TANCREDO NEVES
173		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 14º UND	RUA CARLOS CHAGAS, 421, BOM SUCESSO
174		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 15º UND	AVENIDA C, 1301, BARRA DO CEARÁ
175		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 17º UND	AVENIDA GEN. OSÓRIO DE PAIVA, 130, PARANGABA
176		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 18º UND	AVENIDA K, 1330, JOSÉ WALTER
177		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 19º UND	RUA BETEL, 230, SERRINHA
178		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL 20º UND	RUA GENERAL BIZERRIL, 722, CENTRO
179	FORTIM	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ MAURI MOURA ROCHA	RUA JOAQUIM CRISÓSTOMO, S/N
180		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOAQUIM CRISÓSTOMO Nº 1500 – CENTRO.
181	FRECHEIRINHA	FÓRUM	FÓRUM JUIZ JOSÉ CAVALCANTE FILHO	AVENIDA JOAQUIM PEREIRA, 727
182		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TENENTE ÂNGELO, S/Nº - CENTRO
183		TERRENO		RUA JOAQUIM PEREIRA, S/N
184	GENERAL SAMPAIO	FÓRUM	FÓRUM DES. ADEMAR DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA	TRAVESSA JOSÉ SEVERINO FILHO, S/N



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

185	GRAÇA	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO HELIO PAIVA CASTRO	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO, 337
186		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO, S/Nº - CENTRO
187	GRANJA	FÓRUM	FÓRUM PROFESSOR OLAVO OLIVEIRA	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE, S/N
188		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 01 – CENTRO.
189		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 02 – CENTRO.
190	GRANJEIRO	FÓRUM	FÓRUM DR. ANTÔNIO RUBENS SOARES CHAGAS	RUA FRANCISCO MONTEIRO GRANJEIRO, S/N
191	GROAIRAS	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA PRINCESA ISABEL , 1520
192		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOSÉ F. DO NASCIMENTO, S/Nº - CAP. J. LINHARES
193		PRÉDIO	MEMORIAL PADRE MORORO	RUA JOÃO GUARINO FEIJÃO, S/N
194	GUAÍUBA	FÓRUM	FÓRUM DES. FAUSTINO DE ALBUQUERQUE E SOUSA	RUA FAUSTO ALBUQUERQUE, S/N
195	GUARACIABA DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ ARI CYSNE	RUA PADRE BERNARDINO MEMÓRIA, 322
196		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, 741 – CENTRO
197	GUARAMIRANGA	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO JOSÉ LINHARES	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA, S/N
198	HIDROLÂNDIA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDA	AVENIDA CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ, S/N
199		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS, S/N
200	HORIZONTE	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO IGNÁCIO MOACIR CATUNDA	RUA ANA NOGUEIRA LOPES, S/N
201		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241
202		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANA NOGUEIRA LOPES 305 – CENTRO.
203	IBARETAMA	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO HOLANDA FROTA	RUA LUIZ CAMURÇA, S/N
204	IBIAPINA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ FERREIRA DE ASSIS	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO SOARES, S/N
205		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. SARGENTO JOÃO GOMES NETO, Nº 202 – CENTRO
206		TERRENO		RUA VEREADOR MANOEL RODRIGUES, S/N
207	IBICUITINGA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	AVENIDA CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO, S/N
208	ICAPUÍ	FÓRUM	FÓRUM JOSÉ MARIJÉSIO DE ALENCAR BENEVIDES	AVENIDA CHICO FÉLIX, S/N
209		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DOS PORFÍRIOS S/N – CENTRO
210	ICÓ	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA	AVENIDA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, 1760
211		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA B - LOTEAMENTO JOSÉ BARRETO, Nº 1472
212		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, Nº 1764 - CENTRO



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

213	IGUATU	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR BOANERGES DE QUEIROZ FACÓ	RUA JOSÉ AMARO, S/N
214		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JÚLIO CAVALCANTE, S/N – BUGI.
215		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ AMARO, 261 – BUGI.
216		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO XXIII, Nº 35 - CENTRO
218		PRÉDIO	JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR / BANCO DO BRASIL	AVENIDA AGENOR ARAÚJO, S/N
219	INDEPENDÊNCIA	FÓRUM	FÓRUM / BANCO DO BRASIL S/A	RUA SANTA TERESINHA, 510
220		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA FREI VIDAL, Nº 535 – CENTRO
221	IPAPORANGA	FÓRUM	FÓRUM CARLOS FACUNDO	RUA PEDRO CORRÊIA LEITÃO, S/N
222		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO DO BOM PRINCÍPIO/ESQUINA RUA JOÃO LUCIANO
223	IPAUMIRIM	FÓRUM	FORUM DR. JADER NOGUEIRA SANTANA	CE 151- KM 21,30, S/N
224		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANA ALEXANDRE, S/N – VILA BANCÁRIA
225	IPU	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO PEREIRA PONTES	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 1020
226		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOANA MIMOSO, S/Nº - CAIXA D'ÁGUA
227	IPUEIRAS	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FRANCISCO GILSON VIANA MARTINS	RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N
228		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. FREDERICO GUILHERMINO, S/N, FRENTE FICA PARA RUA VICENTE FERREIRA LIMA
229	IRACEMA	FÓRUM	FÓRUM JUIZ CÂNDIDO COUTO	AV. AUGUSTA CLEMENTINA DE NEGREIROS, S/N, JATOBÁ
230		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA CELSO GOMES DA SILVA, 133
231		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ULISSES DE HOLANDA CAMPELO, 407 – CENTRO
232		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA GEVÁSIO HOLANDA GUERRA, Nº 1371
233	IRAUÇUBA	FÓRUM	FÓRUM PROFESSOR DOLOR BARREIRA	AVENIDA PAULO BASTOS, 631
234		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JORGE DOMINGUES, S/Nº
235	ITAÍÇABA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA MOURA ROCHA	VILA OLÍMPICA, S/N
236	ITAITINGA	FÓRUM	FÓRUM FRANCISCO HUGO ALENCAR FURTADO	AVENIDA CEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
237		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. FCO CORDEIRO DE OLIVEIRA Nº 1019 – CENTRO.
238	ITAJAJÉ	FÓRUM	FÓRUM DES. VIRGÍLIO FIRMEZA	RUA SÃO FRANCISCO, 104
239		TERRENO	FÓRUM EM CONSTRUÇÃO	RODOVIA BR 222- KM 121 LOTE ASA BRANCA
240		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. 2 DE FEVEREIRO, 440 – CENTRO
241		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. TARCÍLIA CARNEIRO SARAIVA, 10 – CENTRO
242	ITAPIPOCA	FÓRUM	FÓRUM JOSÉ AIRTON TEIXEIRA	AVENIDA ESAU ALVES AGUIAR, 2011, FAZENDINHA
243		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 676-ALTOS
244		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 380



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

245		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	PREMISLAU CAMERINO, Nº 68, COQUEIRO
246		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA INOCÊNCIO BRAGA 3779
247		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA 07 DE SETEMBRO, Nº 35
248	ITAPIÚNA	FÓRUM	FÓRUM DR. JOÃO VIANA DE ARAÚJO	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, S/N
249		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, 55
250		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOAQUIM BEZERRA
251	ITAREMA	FÓRUM	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AVENIDA RIOS, 440
252		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. RIOS 410 – CENTRO
253	ITATIRA	FÓRUM	FÓRUM DR. CLODOALDO PINTO	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/N
254		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/Nº
255	JAGUARETAMA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDO	RUA RIACHO DE SANGUE , 786
256		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES – CENTRO,
257	JAGUARIBARA	FÓRUM	FÓRUM DRA. EMILIANA DE QUEIROZ TAMIARANA	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
258	JAGUARIBE	FÓRUM	FÓRUM PROMOTOR ANTÔNIO GARCIA GONDIM	AV. 08 DE NOVEMBRO, 1261, CENTRO
259		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ALTO DO CRUZEIRO S/N
260	JAGUARUANA	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO NOGUEIRA SALES	RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1402
261		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. RAIMUNDO FRANCISCO
262	JARDIM	FÓRUM	FÓRUM DR. ELISEU BARROSO	RUA SANTO ANTÔNIO, S/N
263		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SANTO ANTONIO, S/N
264	JATI	FÓRUM	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
265		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
266		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SABINO PEREIRA, 68
267	JIOCA DE JERICOACOARA	FÓRUM	FÓRUM DES. HUGO PEREIRA	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE, CENTRO
268	JUAZEIRO DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM DES. JUVÊNIO JOAQUIM DE SANTANA	RUA MARIA MARCIONILIA PESSOA SILVA, 800
269		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA ERIVANDO DA CRUZ nº 50
270		PRÉDIO	JUIZADO DA MULHER	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS, 130, LAGOA SECA
271		TERRENO	TERRENO	PARTE DA QUADRA K
272		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 01
273		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02
274		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03
275		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

276		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05
277		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 06
278	JUCAS	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE, S/N
279		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MARIA DE LURDES, Nº 60 / RUA ORMECINDA CORREIA LEITE, S/Nº
280	LAVRAS DA MANGABEIRA	FÓRUM	FÓRUM DES. STÊNIO LEITE LINHARES	RUA VICENTE VELOSO DA SILVA, S/N
281		ANTIGO FÓRUM	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RUA XAVIER ANGELO, 92
282		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO LÚCIO SOBREIRA
283		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO
284	LIMOEIRO DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM DES. ANTÔNIO CARLOS COSTA SILVA	RUA JOÃO MARIA DE FREITAS 1147
285		PRÉDIO	PRÉDIO	AVENIDA CORONEL JOSÉ NUNES
286		PRÉDIO	PROCURADORIA MUNICIPAL/COMUNICAÇÃO E EVENTOS	RUA CORONEL ANTÔNIO JOAQUIM, 2187
287		PRÉDIO	INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO- CENTEC	RUA CÔNEGO BESSA, 2381
288		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 633 – CENTRO
289		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 655 – CENTRO.
290	MADALENA	FÓRUM	FÓRUM DES. FCO. HAROLDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA, 51
291		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. JOSÉ HOMERO DE PINTO, 81
292	MARACANAÚ	FÓRUM	FÓRUM DES. EVANDRO NOGUEIRA LIMA	RUA EDSON QUEIROZ
293		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL	RUA EDSON QUEIROZ
294		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 1 - CENTRO
295		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 2 - CENTRO
296		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 3 - CENTRO
297	MARANGUAPE	FÓRUM	FÓRUM DR. VALDEMAR DA SILVA PINTO	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE, OUTRA BANDA
298		PRÉDIO	ARQUIVO ELEITORAL – TRE	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA, CENTRO
299		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
300		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
301	MARCO	FÓRUM	FÓRUM ED MOSSENHOR VALDIR LOPES DE CASTRO	RUA DEPUTADO FRANCISCO MONTE, S/N
302		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA OSTERNO S/N – CENTRO.
303	MARTINOPOLES	FÓRUM	FÓRUM PADRE EMÍLIO SERAFIM	AV. CAPITÃO BRITO, CENTRO
304	MASSAPÊ	FÓRUM	FÓRUM DR. LUIZ CARLOS MAGALHÃES AGUIAR	RUA APRIGIO COELHO



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

305		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SIGEFREDO ARRUDA S/N – CENTRO.
306	MAURITI	FÓRUM	FÓRUM DES. AURINO AUGUSTO DE ARAUJO LIMA	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, 1000
307		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. BURITI GRANDE, S/Nº – CENTRO
308		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ QUINTINO LEITE, 129
309	MERUOCA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FRANCISCO AROLDO R. ALBUQUERQUE	RUA MONSENHOR FURTADO, S/N
310		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOÃO SANFORD, S/N, CENTRO
311	MILAGRES	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO BASTOS DE OLIVEIRA	RUA PALMEIRINDO MENDONÇA E SILVA, S/N
312		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SANDOVAL LINS, S/Nº - CENTRO
313	MILHÃ	FÓRUM	FÓRUM ALFREDO BARREIRA FILHO	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA, 235
314	MIRAIMA		FÓRUM DR. FRANCISCO JOSÉ MARTINS CÂMARA	AV. LINDOLFO BRAGA
315	MISSÃO VELHA	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ LIMA RIBEIRO	RUA CORONEL JOSÉ DANTAS, S/N
316		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA SOUSA, Nº 150
317	MOMBAÇA	FÓRUM	FÓRUM CORONEL JOSÉ ADERALDO DE AQUINO	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES, S/N, VILA SALETE
318		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CASIMIRO FIUZA BENEVIDES, Nº 17
319	MONSENHOR TABOSA	FÓRUM	FÓRUM DOUTOR JOSÉ HELDER MESQUITA	RUA PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA, S/N
320		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CORONEL EPIFANIO, Nº 02
321		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO PAMPLONA S/Nº NO CENTRO
322	MORADA NOVA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR AGENOR STURDART GURGEL	AVENIDA MANOEL CASTRO, 680
323		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 761
324		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 779
325	MORAÚJO	FÓRUM	FÓRUM BYRON DE FIGUEREDO FROTA	RODOVIA CE-071
326	MORRINHOS	FÓRUM	FÓRUM DES. AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	RUA MONSENHOR ATAIDE, S/N
327		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. CORAÇÃO DE MARIA S/N – SÃO LUIZ
328	MUCAMBO	FÓRUM	FÓRUM DES. JÚLIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA VICENTE GOMES, S/N
329		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA VICENTE GOMES, S/Nº - CENTRO
330	MULUNGU	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO BASTOS DE OLIVEIRA	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N
331		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/Nº - CENTRO
332	NOVA JAGUARIBARA	PRÉDIO	PRÉDIO	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
333	NOVA OLINDA	FÓRUM	FÓRUM DES. LEÔNIDAS FERREIRA DE SOUSA	AVENIDA ALVINA ALVES, 18





## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

334	NOVA RUSSAS	FÓRUM	FÓRUM ESCRIVÃO ANTÔNIO BEZERRA DO VALE	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1752
335		TERRENO	TERRENO	RUA EXPEDITO CHAVES, S/N
336		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA LEONARDO ARAÚJO, 176
337		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA 9, Nº 63, BAIRRO COHAB
338	NOVO ORIENTE	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ BARRETO DE CARVALHO	AVENIDA FRANCISCO RUFINO, S/N
339		PRÉDIO	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE ( ANTIGO FÓRUM )	RUA DEOCLECIANO ARAGÃO , 53
340		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA COELHO DA SILVA, S/Nº,
341		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CAZUZA ROCHA, Nº 57
342		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CAPITÃO RODRIGUES, S/Nº
343	OCARA	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO HÉLIO DE PAIVA CASTRO	CEL JOÃO FELIPE
344	ORÓS	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO VICENTE LEAL DE ARAÚJO	AVENIDA JOSÉ FARES LOPES , S/N
345		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. EXPEDITO PAULENO DA SILVA, 09 – CENTRO
346	PACAJUS	FÓRUM	FÓRUM DR. OTÁVIO FACUNDO BEZERRA	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N
347		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA Nº 600
348		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CEL. CÍCERO NOGUEIRA, Nº 363, CENTRO
349	PACATUBA	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO CATUNDA	RUA CEL. JOSE LIBANIO, S/N
350		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA, Nº 2006 - CENTRO
351		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA URBANO PINHEIRO, Nº 1285 - CENTRO
352	PACOTI	FÓRUM	FÓRUM GOV. WALDEMAR ALCÂNTARA E SILVA	RUA PADRE QUILIANO, 57
353		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO HIPÓLITO, 56
354		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CASTELO BRANCO, S/N
355	PACUJA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR FRANCISCO HAROLDO R. DE ALBUQUERQUE	RUA DOMINGOS MARIANO , S/N
356	PALHANO	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ MARIA DE MELO	AVENIDA POSSIDÔNIO BARRETO, S/N
357	PALMACIA	FÓRUM	FÓRUM DES. EDGAR CARLOS DE AMORIM	RUA JOSÉ SIMPLICIO, S/N
358		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA FRANCISCO QUEIROZ, S/Nº - CENTRO
359	PARACURU	FÓRUM	FÓRUM DES FRANCISCO ADALBERTO DE OLIVEIRA BARROS LEAL	AVENIDA JOÃO LOPES MEIRELES, S/N
360		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 151
361	PARAIPABA	FÓRUM	FÓRUM DES. HUGO PEREIRA	RUA DOMINGOS BARROSO, S/N
362		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA EVARISTO GOMES, Nº 41 - CENTRO
363	PARAMBU	FÓRUM	FÓRUM DES. JOAQUIM JORGE DE SOUSA FILHO	RUA LUIZ MOREIRA LIMA, S/N
364		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ABDIAS ALVES DE ARAÚJO, S/N, HORÁCIO A. HOLANDA



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

365	PARAMOTI	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ MARIA DE MELO	RUA GONÇALVES SOARES, S/N
366	PEDRA BRANCA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ ALMIR DE CARVALHO	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
367		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/
368	PENAFORTE	FÓRUM	FÓRUM DOUTORA FRANCISCA ODALÉA C. FONTENELE	AV. ANA TEREZA DE JESUS, S/N
369	PENTECOSTE PEREIRO	FÓRUM	FÓRUM DES. EURICO MONTEIRO	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N
370		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES, Nº 134
371		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. DR. MOREIRA DE AZEVEDO
372		FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR RAIMUNDO NÉLIO DE PAIVA CASTRO	RUA CORONEL PORTO, S/N
373		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. JOÃO HOLANDA S/N – CENTRO
374		TERRENO	TERRENO	AVENIDA JOSÉ MILTON DE MORAIS, S/N
375	PINDORETAMA	FÓRUM	FÓRUM PROCURADOR JOSÉ VALE ALBINO	RUA ODILO MAIA GONDIM, S/N
376	PIQUET CARNEIRO	FÓRUM	FÓRUM DES. CARLOS DEMÓSTENES FERNANDES	RUA ANTONIO FERNANDES, S/N
377	PIRES FERREIRA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MAURI MOURA ROCHA	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N
378	PORANGA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ MARIA DE MELO	RUA EPITÁCIO PINHO, S/N
379		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. DR. EPITÁCIO DE PINHO S/N.
380	PORTEIRAS	FÓRUM	FÓRUM ESCRIVÃO JOSÉ PEREIRA DA SILVA SOBRINHO	RUA PREFEITO ANTÔNIO DENGUINHO DE SANTANA, 30
381		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS, S/Nº - CENTRO
382	POTENGI	FÓRUM	FÓRUM DR. LUIZ RODRIGUES NETO	RUA ANTONIO GUEDES NETO, S/N
383		PRÉDIO	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	RUA MÃE DOS SANTOS, S/N
384	POTIRETAMA	FÓRUM	FÓRUM DES. JOÃO DAMASCENO FONTENELE	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA, 50
385	QUITERIANÓPOLES	FÓRUM	FÓRUM DES. JOAQUIM JORGE DE SOUSA FILHO	RUA JOSÉ COSTA LIMA, S/N
386	QUIXADÁ	FÓRUM	FÓRUM ELISEU BARROS DE SOUSA	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
387		FÓRUM	FÓRUM DES. AVELAR ROCHA	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
388		PRÉDIO	JUSTIÇA FEDERAL	RUA JOSÉ JUCA ( 2ª PAV. DO PRÉDIO DO BANCO DO BRASIL), S/N
389		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DIVINO ESPÍRITO SANTO, Nº 1107
390		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CARLOS JEREISSATI, Nº 772
391		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TRAVESSA TIRADENTES, 229
392	QUIXELÓ	FÓRUM	FÓRUM DES. ALBELMAR RIBEIRO DA CUNHA	RUA MARIA JÚLIA DO NASCIMENTO ( ANTIGA RUA DAS PALMEIRAS), S/N
393		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA SÃO FRANCISCO, S/Nº - CENTRO
394	QUIXERAMOBIM	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ PIRES DE CARVALHO	AVENIDA DR. JOAQUIM FERNANDES, 670



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

395		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. GERALDO BIZARRIA, 1003.
396		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DR. MIGUEL PINTO, Nº 423
397		TERRENO		RUA NORTE E SUL, 2
398	QUIXERÉ	FÓRUM	FÓRUM DES. RAIMUNDO LUSTOSA CABRAL	RUA MANOEL GONÇALVES, S/N
399		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANUEL GONÇALVES Nº 231 – CENTRO
400	REDENÇÃO	FÓRUM	FÓRUM VICENTE NOGUEIRA SALES	RUA PADRE BARROS, 264
401		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA PADRE BARROS, S/Nº - CENTRO
402	RERIUTABA	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO HAROLDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	AVENIDA JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N
403		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA AGRÍPIO TEODORO, S/Nº - BARRO VERMELHO
404	RUSSAS	TERRENO	FÓRUM EM CONSTRUÇÃO	TRAVESSA ANTÔNIO GONÇALVES FERREIRA
405		FÓRUM	FÓRUM JUÍZ MOACIR DE SOUSA ROCHA	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA COSTA, S/N
406		TERRENO	TERRENO	RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO, S/N
407		PRÉDIO	JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO, 137
408		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DR. JOSÉ RAMALHO Nº 1335 – CENTRO.
409		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. BEJAMIN CONSTANT/AV. IRMÃ MARIA DAS GRAÇAS, Nº 294 – CENTRO,
410	SABOIEIRO	FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ FREIRE MODESTO FERRAZ	RUA VEREADOR ELISIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N
411		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA VEREADOR ELÍZIO FLORENTINO, S/N
412	SALITRE	FÓRUM	FÓRUM DR. LUIZ BEZERRA DE MENEZES	RUA SÃO FRANCISCO, S/N
413	SANTA QUITÉRIA	TERRENO	FÓRUM ESCRIVÃ MARIA ELIANE FERNANDES GOMES	AV. PROJETADA 01, ESQUINA COM UMA RUA PROJETADA 04
414		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL - FÓRUM ESCRIVÃ MARIA ELIANE FERNANDES GOMES	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 01 – PRIMAVERA
415		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL - FÓRUM ESCRIVÃ MARIA ELIANE FERNANDES GOMES	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 02 - PRIMAVERA
416	SANTANA DO ACARAÚ	FÓRUM	FÓRUM DE SANTANA DO ACARAÚ	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
417		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
418	SANTANA DO CARIRI	FÓRUM	FÓRUM MINISTRO CÉSAR ASFOR ROCHA	RUA JOAQUIM TÁVORA, S/N
419		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/Nº - CENTRO
420	SÃO BENEDITO	FÓRUM	FÓRUM DOUTOR FRANCISCO RUBENS BRANDÃO	RUA DR. FRANCISCO RUBENS BRANDÃO, S/N, BAIRRO CORRENTE
421		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TABAJARA, 1560 – BAIRRO CORRENTE, DE FRENTE PARA RUA FRANCISCO BRANDÃO
422		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MONSINHOR CUSTÓDIO, 1560
423		FÓRUM	FÓRUM DES. JOSÉ JUCA FILHO	RUA ADITE MOTA, S/N



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

424	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA AURINEIDE VIANA ESQUINA COM RUA FILOMENA MARTINS – BAIRRO SANTA CRUZ
425		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA JOSÉ OURIVES
426	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	FÓRUM	FÓRUM MILTON CHAVES E SILVA	RUA DANIEL RODRIGUES , 547
427	SÃO LUIS DO CURU	FÓRUM	FÓRUM DR. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA	RUA FLORÊNCIO TABOSA, S/N
428		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	TRAVESSA MIQUELINO LOPES S/N – CENTRO.
429	SENADOR POMPEU	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO BARROSO GOMES	RUA MARCIONÍLIO GOMES DE FREITAS, S/N
430		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. FCO. LEANDRO, S/N
431		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	R. ADONIAS MANO DE CARVALHO,S/N
432	SENADOR SÁ	FÓRUM	FÓRUM DES. HUGO PEREIRA	AV. VINTE E TRÊS DE AGOSTO, 32
433	SOBRAL	FÓRUM	FÓRUM DR. JOSÉ SABOYA DE ALBUQUERQUE	AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO, 1300
434		PRÉDIO	ALBERGUE	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, S/N
435		PRÉDIO	DEPÓSITO JUDICIÁRIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 330
436		PRÉDIO	ANEXO TRE	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS, S/N
437		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 01
438		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 02
439		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 03
440		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 04
441		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 05
442		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO – CASA 06
443	SOLONÓPOLE	FÓRUM	FÓRUM DR. DOLOR UCHÔA BARREIRA	AVENIDA PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, 108
444		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA Mª. FRANCELINA PINHEIRO LANDIM Nº 1046
445		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ANTÔNIO OZIREZ PINHEIRO
446	TABULEIRO DO NORTE	FÓRUM	FÓRUM DR. ANTÔNIO GIOVANI DE ALENCAR	RUA MARIA ALARCON, 433
447		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA GERÔNIMO BATISTA Nº 4278, 08 DE JUNHO
448	TAMBORIL	FÓRUM	FÓRUM DES. ANGENOR MONTE STUDARTH GURGEL	RUA JESUÍTA ADEODATO, S/N
449		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA TABELIÃ ANA ARAÚJO RIBEIRO, S/N



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

450	TARRAFAS	FÓRUM	FÓRUM ANTÔNIO LEITE TAVARES	AVENIDA DOUTORA MARIA LUIZA LEITE, S/N
451	TAUA	FÓRUM	FÓRUM DR. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE	AVENIDA ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA, S/N
452		PRÉDIO	ANTIGO FÓRUM	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 211
453		PRÉDIO	JUSTIÇA FEDERAL	AVENIDA CORONEL VICENTE ALEXANDRINO DE SOUZA, 10
454		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DOMINGOS GOMES, 74
455		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA DONDON FEITOSA, 639
456		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO OLIVEIRA, Nº 406
457	TEJUÇOCA	FÓRUM	FÓRUM DES. FRANCISCO LEITE ALBUQUERQUE	JOSÉ ANDRADE DE SOUSA, 329
458	TIANGUÁ	FÓRUM	FÓRUM DES. VALTER NOGUEIRA E VASCONCELOS	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
459		PRÉDIO	JUIZADO ESPECIAL	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
460		TERRENO	TERRENO	RUA MESSIAS AGUIAR, S/N
461		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. PREFEITO JAQUES NUNES, 1256 – CENTRO.
462		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO, 68
463		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. MOISÉS MOITA, 555 – CENTRO
464	TRAIRI	FÓRUM	FÓRUM DES. ALBEMAR RIBEIRO DA CUNHA	RUA FORTUNATO BARROSO, S/N
465		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	AV. CELSO BARROSO ESQUINA COM CEL. JOSÉ ARAGÃO, S/Nº
466		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA MANOEL TEIXEIRA, Nº 120
467	TURURU	FÓRUM	FÓRUM DES. JULIO CARLOS DE MIRANDA BEZERRA	RUA PEDRO LEITÃO, 22, CENTRO
468	UBAJARA	FÓRUM	FÓRUM DR. MOACIR GOMES SOBREIRA	AVENIDA CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE, 149
469		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA ABDEL KARDER MAGALHÃES, Nº 112 - CENTRO
470		TERRENO	TERRENO	RUA PROJETADA, S/N
471	UMARI	FÓRUM	FÓRUM DES. ERNANI BARREIRA PORTO	AVENIDA DOM QUINTINO, S/N
472	UMIRIM	FÓRUM	FÓRUM DES. STÊNIO LEITE LINHARES	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
473		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
474	URUBURETAMA	FÓRUM	FÓRUM VÍRGILIO FIRMEZA	RUA MAJOR SALES, 697
475		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	TRAV. JOAQUIM ÁVILA, Nº 122
476		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	CE-243 - KM 07
477	URUOCA	FÓRUM	FÓRUM DESEMBARGADOR CARLOS FACUNDO	RUA JOÃO RODRIGUES , 219
478		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA BOA VISTA S/N – CENTRO
479	VARJOTA	FÓRUM	FÓRUM DR. LÚCIO GONÇALVES BRASIL	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES, S/N
480	VARZEA ALEGRE	FÓRUM	FÓRUM DR. WILSON DE NORÕES MILFONT	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM, 60
481		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA IRACI BEZERRA, Nº 344 – VAZANTE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

482		TERRENO	PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM	RUA RAIMUNDO SOBREIRA LIMA SOBRINHO (MUNDINHO SOBREIRA), S/N
483		TERRENO	TERRENO	RUA PADRE CÍCERO ESQUINA COM A RUA FRANCISCO CORREIA LIMA
484		TERRENO	TERRENO	RUA ESTÁDIO JUREMAL
485	VIÇOSA DO CEARA	FÓRUM	FÓRUM DES. AGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS	AV. JOSÉ FIGUEIRA, S/N
486		TERRENO	TERRENO	RUA FRANCISCO CALDAS, 548/556
487		CASA	MEMORIAL CLÓVIS BEVILÁQUA	RUA PE. BEVILÁQUA, 639
488		CASA	RESIDÊNCIA OFICIAL	RUA FONTENELE SOBRINHO, 1524 - CENTRO

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

### 10. QUADRO DE PESSOAL

Tabela 7 - Quadro de Pessoal e Alocação da Força de Trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará

CARGO	2º-GRAU	1º-GRAU		TOTAL
		COMARCA DE FORTALEZA (FCB)	COMARCAS DO INTERIOR	
MAGISTRADOS	42	187	189	418
EFETIVOS	693	1184	1126	3.003
COMISSIONADOS SEM VINCULO	141	297	308	746
TERCEIRIZADOS	275	257	108	640
ESTAGIÁRIOS	195	472	134	801
TOTAL	1.346	2.397	1.865	5.608

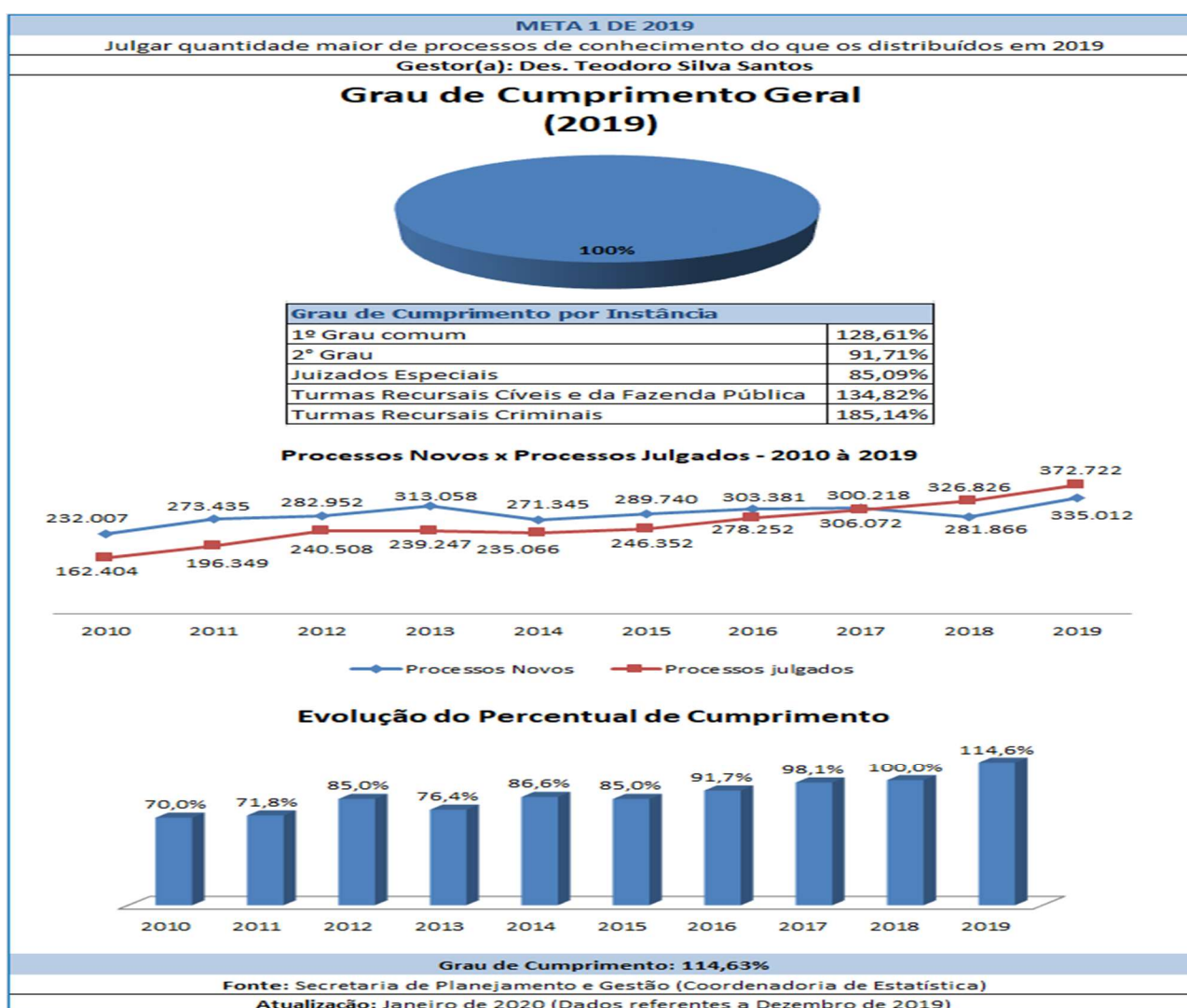
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



### 11. INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

Como resultado geral das ações empreendidas em 2019 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, registram-se os julgamentos de 372.722 processos da meta 1 de 2019; 90.112 processos da meta 2 de 2019; 926 processos da meta 4 de 2019; 489 processos da meta 6 de 2019 e 6.591 processos da Meta 8, conforme se observa nas figuras a seguir.

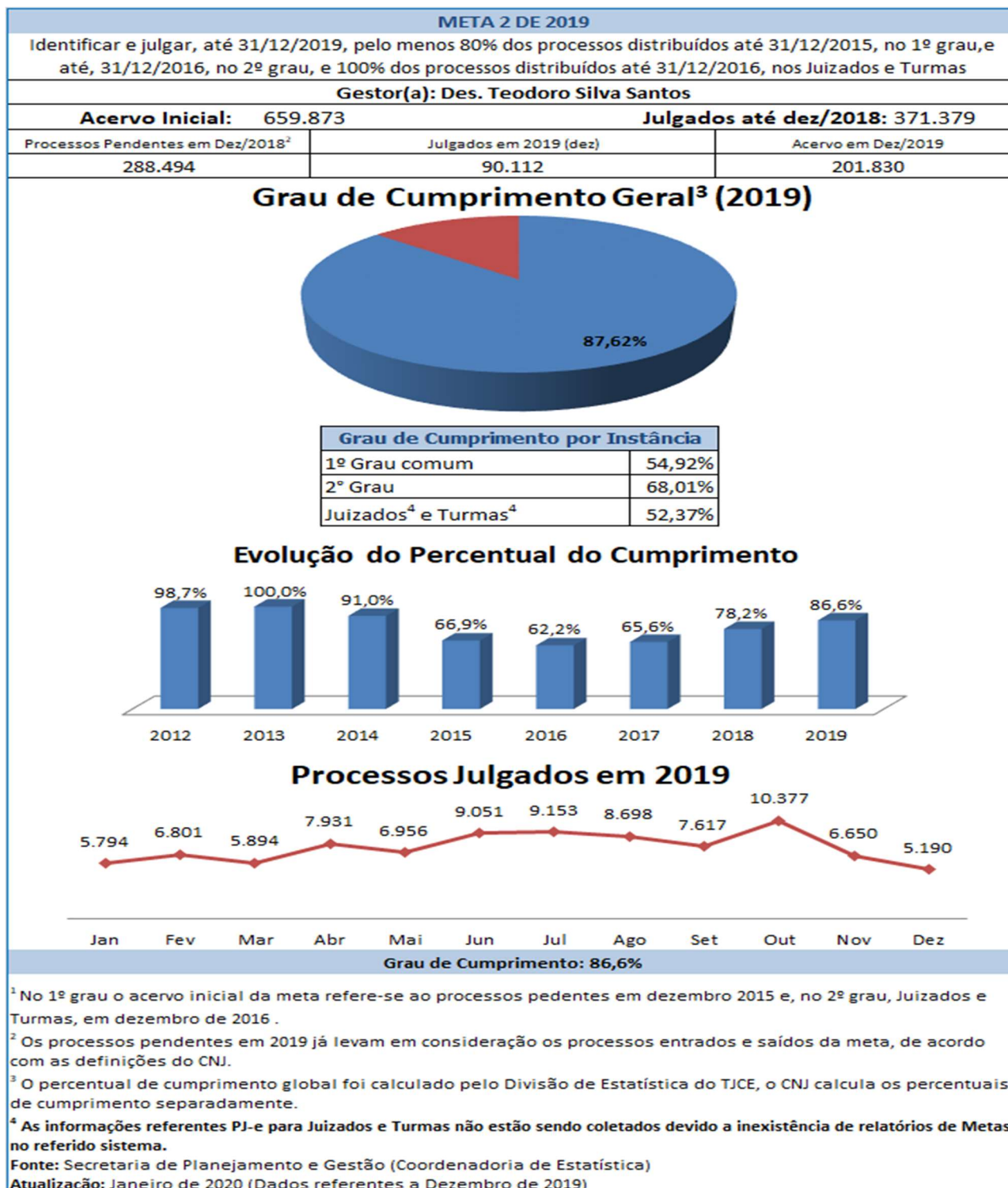
#### Metas Nacionais 2019







## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça





## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

### META 3 DE 2019

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

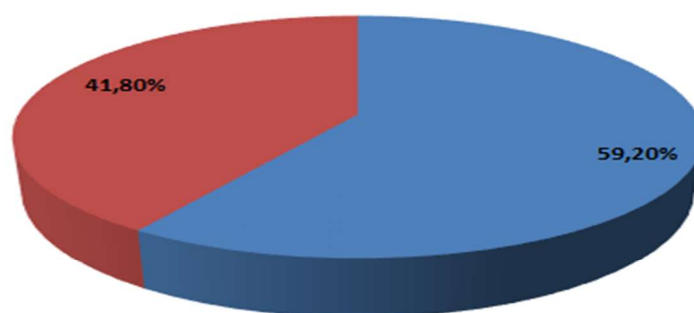
Gestor(a): Des. Tereze Neuman Duarte Chaves

Julg. Conhecimento: 365.579

Julgados Homologação: 53.937

Homologações de Acordo: 5.270

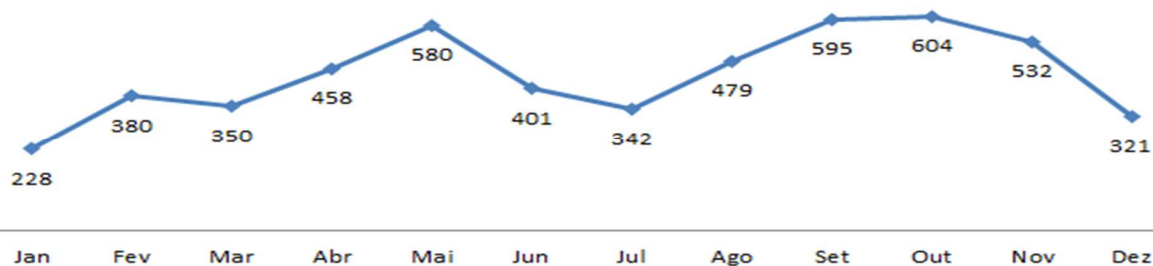
### Grau de Cumprimento



### Grau de Cumprimento por Instância

1º Grau	30,85%
2º Grau	181,95%

### Conciliações Pré-Processuais 2019



Grau de Cumprimento Femicídio: 59,02%

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Coordenadoria de Estatística)

Atualização: Janeiro de 2020 (Dados referentes a Dezembro de 2019)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

### META 4 DE 2019

Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública até 31/12/2016

Gestor(a): Des. Teodoro Silva Santos

Acervo Inicial: 7.759

Julgados até dez/2018: 2.098

Processos Pendentes em Dez/2018

Julgados em 2019 (dez)

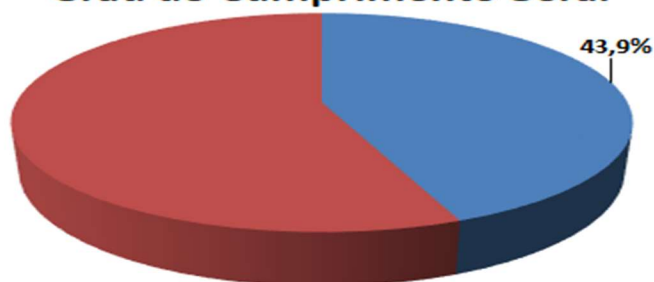
Acervo em Dez/2019

5.661

926

4.735

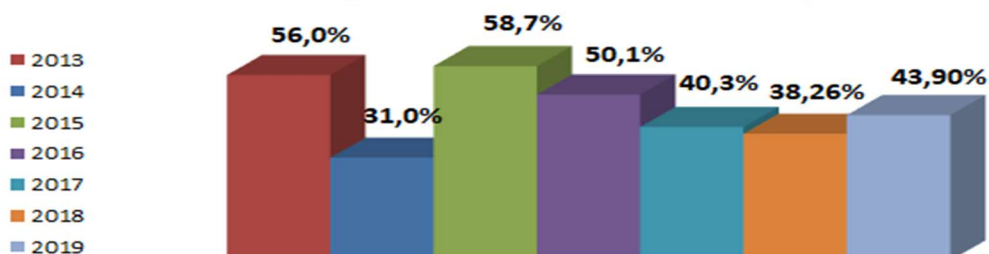
### Grau de Cumprimento Geral



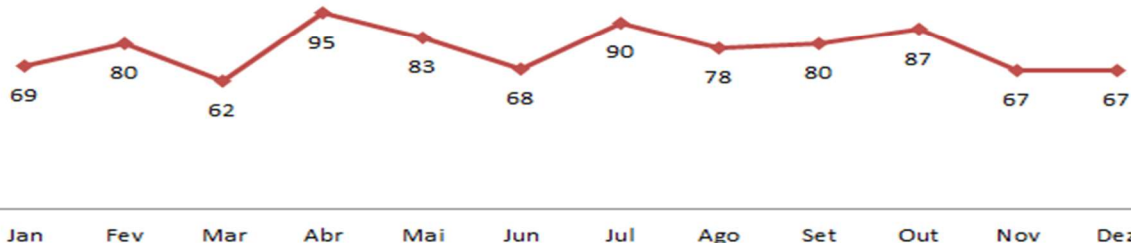
### Grau de Cumprimento por Instância

1º Grau comum	40,32%
2º Grau	76,84%
Juizados e Turmas	142,86%

### Evolução do Percentual de Cumprimento



### Processos Julgados em 2019

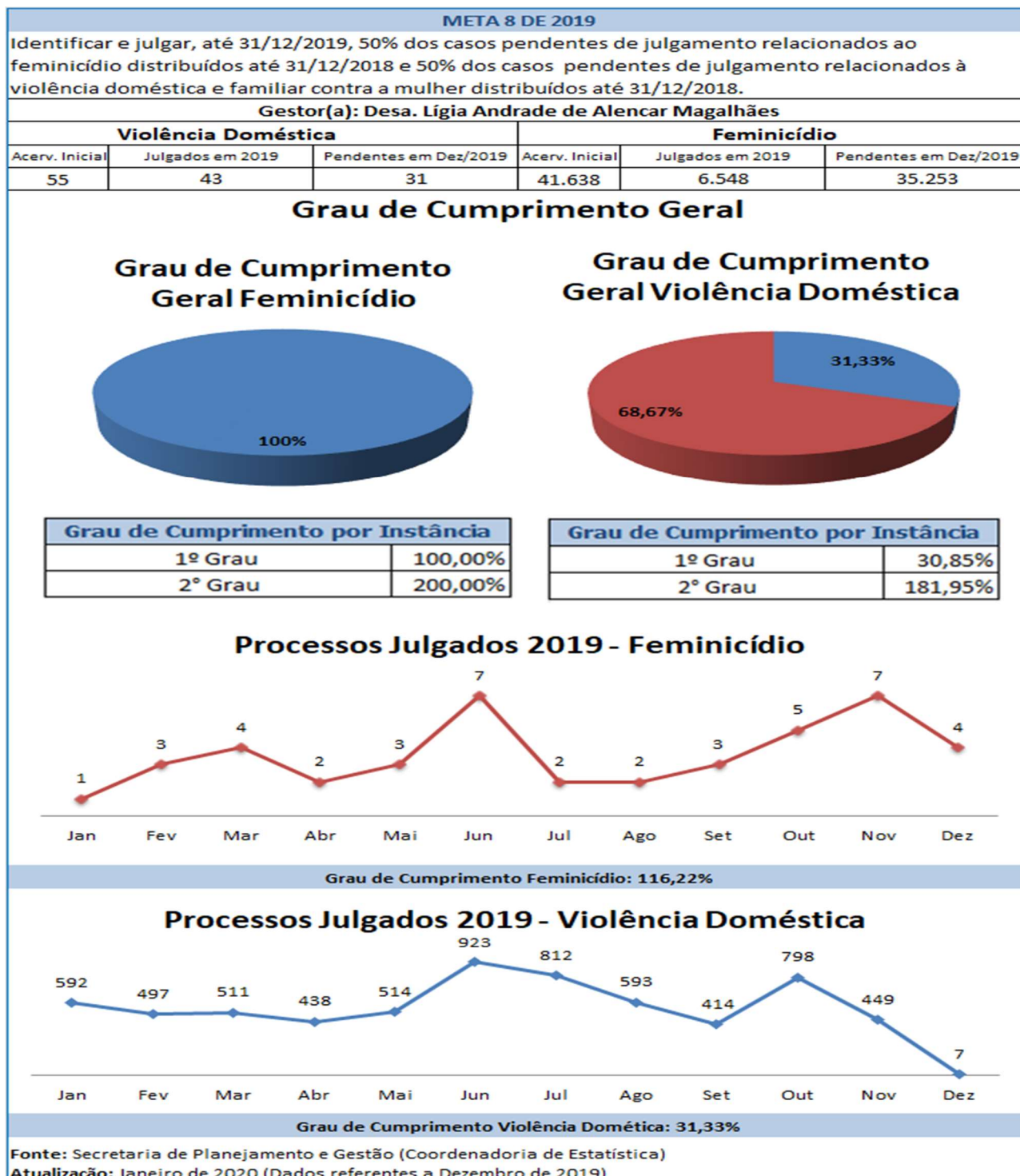


Grau de Cumprimento: 43,9%

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Coordenadoria de Estatística)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça





## JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2019, com dados referentes ao ano de 2018.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução) e *recorribilidade*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

Tabela 8 - Justiça em Números - 2019: Casos em Geral

<b>CASOS EM GERAL</b>	
<b>2º GRAU</b>	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	12.549
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	35.525
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	14.360
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	54.172
Recursos Internos no 2º Grau	7.308
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	5.942
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	14.433
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	27.497
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	14.287
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	30.141
<b>1º GRAU – CONHECIMENTO</b>	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	59.296
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	163.481
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	191.131
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	467.566
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	8.158
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	8.476
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	74.017
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	218.821
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	62.124
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	210.647
<b>1º GRAU – EXECUÇÃO</b>	
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	27.802



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	10.304
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	149.717
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	67.546
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	3.593
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	7.073
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	21.007
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	17.481
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	32.905
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	56.296
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	21.663
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	9.457
Incidentes de Execução Fiscal Julgados no 1º Grau	0
Incidentes de Execução Julgados no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	1
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	114.767
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	104.950
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	33.841
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	9.802
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.098
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	5.533
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	20.041
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	30.809
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	7.654
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	2.543
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	2.035
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	17.015
<b>TURMA RECURSAL</b>	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	133
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	12.593
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	271
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	25.288
Recursos Internos nas Turmas Recursais	1.089
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	714
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	177
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	10.006
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	161
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	12.478
<b>JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO</b>	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	703
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	102.881
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	99.975
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	2.389
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	128.020
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	1460
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	807
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	1.329
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	91.145
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	1.198
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	96.356



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

<b>JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO</b>	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.797
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.401
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	11.717
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	7.240
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	7.759
Incidentes de Execução Julgados nos Juizados Especiais	0
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.888
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	6.098
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	8.647
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	7.988

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 9 - Justiça em Números - 2019: Recorribilidade

<b>RECORRIBILIDADE</b>	
<b>2º GRAU</b>	
Recursos à Instância Superior no 2º Grau	5.585
Acórdãos Publicados no 2º Grau	32.473
<b>1º GRAU</b>	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	37.201
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	102.185
<b>TURMA RECURSAL</b>	
Recurso interno nas Turmas Recursais	1.089
<b>JUIZADO ESPECIAL</b>	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	7.241
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	111.520
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	23
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	15.509

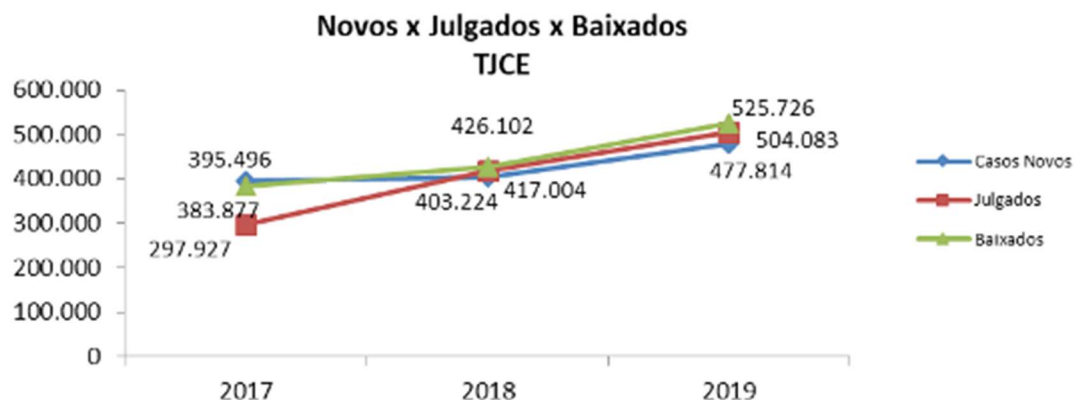
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2019, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Figura 8 - Movimentação Processual do TJCE – 2017 - 2019



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 10 - Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2017-2019

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
2º Grau	66.566	58.995	68.532	29.843	34.911	48.074	25.777	28.248	44.428	28.971	37.762	41.930
1º Grau	968.008	1.010.692	982.642	296.299	258.023	292.556	204.777	278.482	332.827	286.829	286.182	366.153
Turmas Recursais	21.819	22.034	25.559	13.291	15.134	13.086	8.645	11.822	12.639	7.935	10.793	10.183
Juizados Especiais	109.359	131.312	146.050	56.063	95.156	124.098	58.728	98.452	114.189	60.142	91.365	107.460

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Tabela 11 - Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2017-2019

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
2º Grau	2.230	2.905	2.911	599	657	1.058
1º Grau	3.762	4.902	4.330	608	895	912
Turmas Recursais	3.048	2.784	1.200	865	985	408
Juizados Especiais	4359	8.247	10.214	1.506	3.646	4.568
<b>Média Geral</b>	<b>3.697</b>	<b>4.937</b>	<b>4.566</b>	<b>704</b>	<b>1.080</b>	<b>1.154</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão





## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

Tabela 12 - Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2017-2019

Segmento	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
2º Grau	83	95	129	80	103	112
1º Grau	102	80	69	107	99	96
Turmas Recursais	391	488	422	233	348	328
Juizados Especiais	183	244	308	198	254	294
<b>Média Geral</b>	<b>110</b>	<b>102</b>	<b>95</b>	<b>113</b>	<b>117</b>	<b>115</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2019, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

Tabela 13 - Evolução da Taxa de Congestionamento – 2017-2019

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2017	2018	2019
2º Grau	69,7%	61,0%	62,0%
1º Grau	77,1%	77,9%	72,9%
Turmas Recursais	73,3%	67,1%	71,5%
Juizados Especiais	64,5%	59,0%	57,6%
<b>Média Geral</b>	<b>75,2%</b>	<b>74,2%</b>	<b>69,9%</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

## 6 INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico 2015-2020 conta com 18 indicadores e metas. A seguir, apresentam-se os resultados de cumprimento do ano de 2019 de cada um dos indicadores do Plano Estratégico.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

### Resultados Indicadores 2019

Aprimorar a governança e gestão judiciária	9	Índice de governança e gestão do Judiciário*	Mede o nível de atendimento aos padrões definidos em instrumento próprio de avaliação, construído com base nos Sistemas de Governança Corporativa e de Gestão Estratégica vigentes na instituição, e em modelos externos sobre Governança Pública.	Anual	77,74%	0,00%	85,00%	
Fortalecer a adoção das soluções consensuais de conflitos.	10	Índice de conciliação do Justipa em Números (Meta 3)	Mede o índice dos acordos processuais e pré-processuais homologados em relação ao total de decisões e audiências de conciliação realizadas no 1º e 2º graus.	Mensal	14,28%	77,45%	14,57%	
Aprimorar a infraestrutura.	11	Índice de execução do Plano Estratégico de Administração e Infraestrutura	Mede o percentual de execução do plano da Secretaria de Administração e Infraestrutura (Seadi).	Mensal	Não disponível	0,00%	100,00%	
	12	Índice de incremento em investimento	Mede o percentual de recursos do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermju) e do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseq) aplicados em investimentos.	Mensal	R\$ 8.716.361,41 (investimento 2016)	R\$ 29.126.783,74	R\$ 16.089.006,66	
	13	Índice de execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020.	Mensal	91,37%	99,73%	100,00%	
Aprimorar a gestão de pessoas	14	Índice de aprimoramento de magistrados	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação	Mensal	26,20%	40,71%	30,00%	
	15	Índice de execução do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas	Mede o percentual de execução do Plano de Gestão de Pessoas, elaborado com base nas diretrizes da Resolução nº 240/2016 do CNJ.	Mensal	Não disponível	0,00%	100,00%	
Aprimorar a governança e gestão judiciária	9	Índice de governança e gestão do Judiciário*	Mede o nível de atendimento aos padrões definidos em instrumento próprio de avaliação, construído com base nos Sistemas de Governança Corporativa e de Gestão Estratégica vigentes na instituição, e em modelos externos sobre Governança Pública.	Anual	77,74%	0,00%	85,00%	
Fortalecer a adoção das soluções consensuais de conflitos.	10	Índice de conciliação do Justipa em Números (Meta 3)	Mede o índice dos acordos processuais e pré-processuais homologados em relação ao total de decisões e audiências de conciliação realizadas no 1º e 2º graus.	Mensal	14,28%	77,45%	14,57%	
Aprimorar a infraestrutura.	11	Índice de execução do Plano Estratégico de Administração e Infraestrutura	Mede o percentual de execução do plano da Secretaria de Administração e Infraestrutura (Seadi).	Mensal	Não disponível	0,00%	100,00%	
	12	Índice de incremento em investimento	Mede o percentual de recursos do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermju) e do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseq) aplicados em investimentos.	Mensal	R\$ 8.716.361,41 (investimento 2016)	R\$ 29.126.783,74	R\$ 16.089.006,66	
	13	Índice de execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020.	Mensal	91,37%	99,73%	100,00%	
Aprimorar a gestão de pessoas	14	Índice de aprimoramento de magistrados	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação	Mensal	26,20%	40,71%	30,00%	
	15	Índice de execução do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas	Mede o percentual de execução do Plano de Gestão de Pessoas, elaborado com base nas diretrizes da Resolução nº 240/2016 do CNJ.	Mensal	Não disponível	0,00%	100,00%	
Garantir a sustentabilidade financeira	16	Índice de incremento da arrecadação	Mede o incremento nas receitas oriundas do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermju).	Mensal	R\$ 108.027.779,93 (arrecadação 2015)	R\$ 157.903.710,29	R\$ 147.457.367,86	
	17	Índice de recurso próprio em custeio e investimento	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas para o exercício (exceto despesas pagas em folha), que são lastreadas por recurso próprio.	Mensal	Não disponível	95,22%	88,50%	
	18	Índice de execução do orçamento planejado	Mede o percentual das despesas de custeio e investimento previstas no Fermju e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) para o exercício, que foram executadas	Mensal	74,80%	82,15%	91,50%	



Meta com Cumprimento acima de 90%



Meta com Cumprimento de 50% a 90%



Meta com Cumprimento abaixo de 50%



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

### Indicadores do Plano Plurianual 2016-2019

Segue análise dos indicadores acompanhados no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado.

No que diz respeito ao **resultado estratégico** “População com segurança cidadã e justiça efetivas” do eixo ao qual o TJCE pertence qual seja, “Ceará Pacífico”, seguem os dados do indicador correlato “Taxa de congestionamento processual”:

### Indicadores Estratégicos do Eixo Ceará Pacífico – 2015-2019

Indicador	Unidade	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de congestionamento processual	%	70,1	74,2	75,48	74,7	69,93

*Fonte: TJ*

A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano. Este indicador representa um dos principais desafios em termos de eficiência do sistema judiciário. Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos.

Apesar de ter ocorrido um aumento na taxa no período 2015-2017, verifica-se tendência de melhoria a partir de 2018, em parte explicada pelas várias ações realizadas no sentido de aprimorar a produtividade e aumentar a celeridade na prestação jurisdicional. Ressalta-se que na comparação dos dados 2018/2017 a redução da taxa foi de 0,78%. Quando se faz o mesmo comparativo para o período 2019/2018, a redução foi de 4,77%. Dessa forma, pode-se afirmar que ações como implantação do sistema eletrônico em todas as unidades judiciárias, digitalização do acervo processual físico das comarcas do interior do Estado, implantação de



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

programa de estágio de pós-graduandos, assim como criação do Núcleo de Qualidade da Informação e do Núcleo de Produtividade, têm possibilitado resultados que evidenciam a diminuição efetiva da Taxa de Congestionamento, o que, em última instância, resultará em maior sensação de celeridade no julgamento de processos judiciais para a população cearense.

Em relação aos resultados temáticos, informe-se que o TJCE contribui com o tema “Justiça e Cidadania”. Ressalte-se que o resultado esperado neste tema estratégico é a população contemplada com sistema de justiça eficaz e humanizado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

### Indicadores Temáticos – 2015-2019

Indicador	Unidade de Medida	2015	2016	2017	2018	2019
Índice de atendimento à demanda processual do Poder Judiciário	índice	86,19	108	119,38	110	125,2
Índice de extinção de punibilidade pela prescrição dos processos judiciais	índice	19,2	13	14,05	14,52	16,35

O índice de atendimento à demanda processual do Poder Judiciário reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes.

Observou-se um aumento desse índice de, aproximadamente, 39% se comparado com o de 2015. A análise deste indicador evidencia que o Estado está conseguindo finalizar mais processos do que a quantidade de casos novos, sinalizando a redução do acervo de processos judiciais. Muitas são as ações que o Poder Judiciário tem realizado para intensificar a produtividade na prestação jurisdicional. Dentre as quais, destacam-se a implantação da reestruturação judiciária, nomeação de novos magistrados, realização da Semana de Sentenças e Baixas, implantação do sistema judicial eletrônico em todo o Estado, digitalização do acervo



## Relatório de Desempenho da Gestão 2019 – Tribunal de Justiça

processual físico, além da criação do Núcleo de Qualidade da Informação e do Núcleo de Produtividade.

O índice de extinção da punibilidade pela prescrição dos processos judiciais apresentou uma redução de 2,85% se comparado com 2015. Ressalta-se o esforço da Corregedoria em acompanhar e buscar medidas para a redução ao longo dos anos. Além disso, a realização da Semana de Sentenças e Baixas anualmente contribuiu para o aumento de julgamentos e baixas processuais.

### **12. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS**

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício de 2019, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Sérgio Mendes de Oliveira Filho

**Secretário de Planejamento e Gestão**